

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – CCEN
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GEOGRAFIA**

ZELÂNDIO FERREIRA DANTAS

**GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E TURISMO: uma análise integrada do Roteiro para
Pedestres no Centro Histórico de João Pessoa**

**JOÃO PESSOA
2014**

ZELÂNDIO FERREIRA DANTAS

**GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E TURISMO: uma análise integrada do Roteiro para
Pedestres no Centro Histórico de João Pessoa**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia,
do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, da
Universidade Federal da Paraíba, como requisito
parcial a obtenção do grau de Bacharel em
Geografia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Ligia Maria Tavares da
Silva

Co-orientador: Prof. Esp. José Nilton da Silva

JOÃO PESSOA
2014

Catálogo na publicação
Universidade Federal da Paraíba
Biblioteca Setorial do CCEN

D192g Dantas, Zelândio Ferreira.

Geografia, percepção e turismo: uma análise integrada do roteiro para pedestres no Centro Histórico de João Pessoa / Zelândio Ferreira Dantas. – João Pessoa, 2014.

68p. : il. -

Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Ligia Maria Tavares da Silva

1. Turismo e ambiente. 2. Centro Histórico - João Pessoa.
3. Patrimônio cultural - João Pessoa. 4. Espaço turístico urbano - João Pessoa. I. Título.

UFPB/BS-CCEN

CDU 338.484(043.2)

ZELÂNDIO FERREIRA DANTAS

**GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E TURISMO: uma análise integrada do Roteiro para
Pedestres no Centro Histórico de João Pessoa**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Geografia, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, ____ de _____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr.^a Ligia Maria Tavares da Silva (Orientadora)
UFPB

Prof. Esp. José Nilton da Silva (Co-orientador)
UFPB

Prof. Dr. Eduardo Pazera Júnior (Membro)
UFPB

Prof. Ms. Hélio de França Gondim (Membro)
UFPB

Dedico este trabalho à minha família e a todos que me apoiaram e me ajudaram de forma direta ou indireta em cada passo desta jornada. Àqueles que apesar das dificuldades lutam por dias melhores, a partir do trabalho, da dignidade e persistência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida.

À minha família, em especial aos meus pais, que apesar de todas as dificuldades sempre acreditaram e apoiaram minha vontade e minha luta em busca do conhecimento e que me proporcionaram uma formação ética e moral.

A professora Ligia Maria Tavares da Silva, por ter acreditado na proposta da pesquisa, por sua dedicação e pela brilhante orientação.

Ao professor José Nilton, por ter me acompanhado no estudo de campo, contribuindo de forma ímpar para apreensão da realidade estudada.

A todos os colaboradores da Secretaria Municipal de Turismo de João Pessoa, pela disponibilidade em fornecer o material solicitado para o desenvolvimento deste trabalho.

Àqueles que de alguma forma participaram deste trabalho, mas que, por uma imperdoável falha minha, não se viram nesta lista, a quem peço perdão e atribuo igualmente meu carinho e agradecimento.

Para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura.

Henri-Pierre Jeudy

RESUMO

Este estudo consistiu em analisar os elementos do espaço turístico urbano da área central de João Pessoa, enfatizando seus aspectos históricos, políticos e culturais que permeiam a inter-relação entre os planejamentos urbano e turístico. O objeto de investigação concentra-se no Roteiro para Pedestres no Centro Histórico de João Pessoa, apontando os elementos do espaço turístico urbano com base nas reflexões teóricas de Kevin Lynch e, sobretudo, Roberto Boullón, descritos através dos “logradouros”, “marcos”, “setores” e “roteiros”. A metodologia baseou-se em pesquisas bibliográfica, documental e estudo de caso. Como material empírico, utilizamos os dados provenientes do Plano Diretor de Turismo de João Pessoa (PDT) e do Projeto de Sinalização Turística para Pedestres no Centro Histórico de João Pessoa, acessados por intermédio da Secretaria Municipal de Turismo. Observações de campo e registros fotográficos complementaram o desenvolvimento do estudo. Face aos elementos que estão inseridos na Rota para Pedestres, observam-se poucas ações de intervenção em benefício do patrimônio cultural de João Pessoa, com exceção do recente projeto de revitalização e requalificação urbana da Casa Pólvora. Além disso, algumas placas de sinalização que orientam o turista durante o percurso estão bastante deterioradas. O Roteiro não está contemplado no PDT da cidade e tampouco é promovido e/ou comercializado pelas principais agências de turismo receptivo local. Assim sendo, não é possível afirmar com precisão que o Roteiro integra as ações de planejamento da cidade de João Pessoa, seja no âmbito das políticas urbanas ou nos planos de desenvolvimento turístico.

Palavras-chave: Planejamento. Espaço Urbano. Turismo.

ABSTRACT

This study consisted in analyzing the elements of the urban touring space on the central area of João Pessoa, emphasizing its historical, political and cultural aspects that permeate the relationship between urban planning and touring planning. Its subject of investigation concentrates on the Route for Pedestrians in Historic Downtown of João Pessoa (acronym in Portuguese *Roteiro para Pedestres no Centro Histórico de João Pessoa*), pointing out the elements of the urban touring space based on the theoretical thoughts of Kevin Lynch and especially Roberto Boullón, described through “public areas”, “landmarks”, “sections” and “routes”. The methodology was based on bibliographic and documentary surveys and a case study research. As empirical material we used the data from the Master Plan of Tourism of João Pessoa (PDT) and the Project Route for Pedestrians, accessed through the “Secretaria Municipal de Turismo de João Pessoa”. Field observations and photographic documentary complement the information necessary to this proposition. Face the elements that are inserted into the Pedestrian Route, we observe little intervention actions in favor of cultural heritage of João Pessoa central area, except for the recent project of urban redevelopment and revitalization of the “Casa da Pólvora”. In addition, some signposts that guide tourists along the way are quite deteriorated. The Route is not contemplated in the city PDT and neither is promoted and/or sold by major local tourism agencies. Therefore, it is not possible to say accurately that the Route incorporates planning actions of João Pessoa, either as part of urban policies or plans for tourism development.

Keywords: Planning. Urban Space. Tourism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AECI – *Agencia Española de Cooperación Internacional*

CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos

DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

IPHAEP – Instituto Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MinC – Ministério da Cultura

MTur – Ministério do Turismo

PDT – Plano Diretor de Turismo de João Pessoa

PDU – Plano de Desenvolvimento Urbano

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

SETUR – Secretaria Municipal de Turismo de João Pessoa

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Manoel Francisco Grangeiro, de 1962.....	14
Figura 2 - Delimitação do Centro Histórico de João Pessoa	19
Figura 3 - Roteiros Cidade Alta (em roxo) e Cidade Baixa (em vermelho).....	37
Figura 4 - Intervenção para revitalização e requalificação urbana do Parque Casa da Pólvora...	42
Figura 5 - Placa da Rota de Pedestres.....	43
Figura 6 - Placa de Área Tomada ou Mirante	44
Figura 7 - Placa indicativa externa para os monumentos	44
Figura 8 - Placa informativa interna para os monumentos.....	45
Figura 9 - Placa indicativa de Monumentos Históricos e Artísticos Nacionais	45
Figura 10 - Praça Dom Adauto.....	48
Figura 11 - Igreja Nossa Senhora do Carmo	48
Figura 12 - Igreja de São Francisco.....	49
Figura 13 - Basílica de Nossa Senhora das Neves.....	50
Figura 14 - Basílica de Nossa Senhora das Neves (vista lateral)	50
Figura 15 - Monumento representativo da linha do equador	51
Figura 16 - Ponto de Cem Réis.....	51
Figura 17 - Paraíba Palace Shopping.....	51
Figura 18 - Praça Presidente João Pessoa.....	52
Figura 19 - Tribunal de Justiça.....	52
Figura 20 - Palácio do Governo.....	52
Figura 21 - Praça Venâncio Neiva.....	53
Figura 22 - Pavilhão do Chá.....	53
Figura 23 - Igreja de São Pedro Gonçalves	54
Figura 24 - Hotel O Globo.....	54
Figura 25 - Praça Antenor Navarro	54
Figura 26 - Praça Pedro Américo	55
Figura 27 - Igreja da Misericórdia.....	56
Figura 28 - Praça Rio Branco: projeto “Sabadinho Bom”	57

Figura 29 - Indicação das placas que se encontram deterioradas	59
Figura 30 - Sinalização de trânsito no Centro Histórico de João Pessoa	60
Quadro 1 - Variáveis do diagnóstico turístico de João Pessoa	30
Quadro 2 - Atrativos turísticos de João Pessoa	33
Quadro 3 - Classificação dos principais elementos do espaço turístico urbano do Roteiro para Pedestres (Cidade Alta)	38
Quadro 4 - Exemplos de elementos do espaço turístico do Centro Histórico de João Pessoa apresentados no Roteiro para Pedestres (Cidade Alta).....	39
Quadro 5 - Classificação dos principais elementos do espaço turístico urbano do Roteiro para Pedestres (Cidade Baixa)	40
Quadro 6 - Exemplos dos elementos do espaço turístico do Centro Histórico de João Pessoa apresentados no Roteiro para Pedestres (Cidade Baixa)	40
Quadro 7 - Exemplo da situação das placas que integram o Roteiro para Pedestres	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DO CENTRO DE JOÃO PESSOA	14
2.1	O patrimônio histórico.....	17
3	GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO, TURISMO E ESPAÇO URBANO	21
3.1	A percepção dos elementos do espaço turístico urbano.....	23
4	O PLANEJAMENTO TURÍSTICO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA	27
4.1	O Plano Diretor de Turismo de João Pessoa (PDT).....	29
4.2	O projeto de Sinalização Turística para Pedestres no centro histórico	35
4.3	A pesquisa de campo	47
4.3.1	A pesquisa nas agências	47
4.3.2	O trabalho de campo	48
4.3.3	A situação das placas	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

Este estudo analisa os elementos do espaço turístico urbano do Centro Histórico de João Pessoa, enfatizando seus aspectos históricos, políticos e culturais que permeiam a inter-relação entre os planejamentos urbano e turístico, tendo como pressuposto as diferentes estratégias de apropriação e uso dos bens patrimoniais das áreas centrais urbanas, como forma de valorização do patrimônio histórico e, ao mesmo tempo, tornando-os atrativos para o olhar turístico.

O objeto de investigação centra-se no Projeto de Sinalização Turística para Pedestres, onde o turista é guiado através de 162 placas de sinalização turística que fazem parte de dois roteiros: cidade alta e cidade baixa. Acredita-se que o Centro Histórico, por seu valor simbólico e por estar presente em todas as fases do planejamento e do desenvolvimento da cidade, possa melhor contribuir para diferenciar e articular planejamento, turismo e espaço urbano.

Partindo do entendimento de que o planejamento urbano contemporâneo apresenta, de forma mais evidente, intencionalidades acerca da preservação do patrimônio histórico e ao uso turístico, é imperioso considerar a necessidade de um conjunto normativo capaz de equalizar essa complexa relação. Dessa forma, entende-se que os planejamentos urbano e turístico devem se constituir como instrumentos indissociáveis, o que, infelizmente, na prática, isto não se verifica em diversas situações.

Pretendendo contribuir para esse contexto foi que delimitamos a temática deste estudo, a partir de pesquisas nos campos da geografia, percepção e turismo, formando uma base teórico-metodológica através de revisões bibliográficas e estudo de campo. Essa abordagem fundamentou a pesquisa, partindo do seguinte questionamento: *De que forma as atividades turísticas e o patrimônio histórico se materializam nas ações de planejamento da cidade de João Pessoa através de um roteiro turístico histórico-cultural?*

A base teórico-conceitual do estudo foi fundamentada na perspectiva de alguns autores. Para delimitar a abrangência espacial do estudo e melhor compreender a “imaginabilidade” da paisagem urbana, adotou-se a “escala bairro”, os “limites”, e seus elementos: “setores”, “roteiros”, “pontos nodais” e “marcos”, com base nos estudos de Lynch (1997) e Boullón (2002).

Assim sendo, nossa pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, os procedimentos adotados consistiram na

pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e o estudo de caso. O estudo de caso implicou em observações *in loco* e registros fotográficos sobre os elementos com destacado potencial turístico no Centro Histórico de João Pessoa e que integram o Roteiro de Sinalização Turística para Pedestres. Como material empírico, utilizamos os dados provenientes do Plano Diretor de Turismo de João Pessoa (PDT) e do Projeto de Sinalização Turística para Pedestres no Centro Histórico de João Pessoa, acessados por intermédio da Secretaria Municipal de Turismo.

Os dados coletados foram analisados qualitativamente e os resultados obtidos foram divididos e apresentados em cinco capítulos, incluindo a seção introdutória. O segundo capítulo, aborda a bibliografia sobre a importância histórica do centro de João Pessoa e do seu patrimônio histórico. No terceiro capítulo, a discussão centra-se nos conceitos teóricos contrapondo o turismo e o espaço urbano bem como a percepção dos elementos do espaço turístico urbano. O quarto capítulo discorre sobre o planejamento turístico do Centro Histórico de João Pessoa, na análise do PDT, descrevendo o Projeto de Sinalização Turística para Pedestres no centro histórico e os dados coletados com a pesquisa de campo por meio da análise crítica da realidade apreendida. Por fim, no quinto capítulo, apresenta-se as considerações finais do trabalho.

2 A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DO CENTRO DE JOÃO PESSOA

Não há como intentar discorrer sobre a importância histórica do centro de João Pessoa, sem que se considere o desenvolvimento da cidade em si, e sua evolução através dos tempos. Além disso, para que possamos compreender o potencial turístico que existe atualmente no Centro Histórico, é importante uma contextualização histórica do tema em tela.

No processo de colonização do Brasil, João Pessoa nasceu como a terceira cidade do Brasil. Felipéia de Nossa Senhora das Neves, o primeiro nome dado à cidade, foi fundada em 1585 pela coroa como cidade real. Posteriormente, com a ocupação holandesa, a cidade passou a se chamar Frederica e após a sua expulsão, Parahyba, e só em 1930 recebeu o nome João Pessoa (TINEM; CARVALHO; MARTINS, 2005).

Conforme relatam os referidos autores, a cidade nasceu às margens do rio Sanhauá, no topo de uma colina, em uma área relativamente plana onde se formava um porto natural. Um mapa elaborado pelo capitão-piloto Manoel Francisco Grangeiro em 1692 (Figura 1), e publicado por Rodriguez (1994), retrata a ocupação da margem direita do rio, formando um bairro “baixo”, que atualmente denomina-se Varadouro.

Figura 1: Mapa de Manoel Francisco Grangeiro, de 1692



Fonte: Rodriguez, 1994.

Sua economia baseava-se, a princípio, na cana-de-açúcar e na produção de algodão e, posteriormente, surgiram as indústrias têxtil, de cigarros e de bens-de-consumo. A arquitetura caracterizava-se por construções barrocas, ainda mantidas na contemporaneidade, como o Conjunto Arquitetônico dos Franciscanos, composto pelo Convento de Santo Antônio e a Igreja dos Franciscanos, o Convento do Carmo e o Mosteiro de São Bento, evidenciando a importância que tiveram as ordens religiosas (RODRIGUES, 2002; OLIVEIRA, 2012).

A primeira via, a ladeira de São Francisco, propiciou a ligação da parte baixa da cidade à porção alta. No meio dessa ladeira edificou-se posteriormente a casa da Pólvora.

Esta "dicotomia" da cidade em alta e baixa, embora influenciada por fatores geográficos, contém fortes marcas da ordem social estabelecida. Não é exagero afirmar que o espaço geográfico confunde-se com a ordem social, de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o mesmo é concebido. Por conseguinte é importante ressaltar o quanto o núcleo central desta cidade, originalmente denominada Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa, expressa o modo de pensar da sociedade, em especial das elites que estiveram no poder, implementando planos e projetos do seu interesse (RODRIGUES, 2002, p. 5).

A cidade exibia um aspecto rural em meio à excentricidade da mata natural (SILVA, 1996). Na parte baixa funcionava o comércio da cidade e na parte alta, funcionava a parte administrativa, religiosa e as construções residenciais de quem possuía um bom poder aquisitivo (RODRIGUES, 2002).

João Pessoa teve um crescimento lento. No início do século XVII a cidade contava com oitocentos moradores. Sem contar com ações efetivas de planejamento urbano, a cidade ia desenvolvendo, em sua parte baixa, em meio a becos, travessas e casas descontínuas, “[...] resultando daí o labirinto em que foi se convertendo aquela parte da cidade” (OLIVEIRA, 2002, p. 6). Ainda de acordo com o autor, no século XVIII, a cidade contava com cerca de 10.050 habitantes, 9 igrejas, 5 conventos. Já no final do século XVIII, o processo de urbanização apresentava uma pequena expectativa de evolução. Entretanto, somente nas três últimas décadas do século XIX que a cidade vivencia alguns melhoramentos mais significativos, sobretudo, motivados pelo processo algodoeiro que, por meio de recursos enviados à Província, propicia o processo de estruturação urbana com base nos padrões europeus, que servia de modelo para urbanização do país de forma geral (SILVA, 1996).

No início de século XX, mais precisamente em 1920, a cidade experimentou grandes modificações, “[...] em função de toda uma transformação em termos de concepção urbanística, cultural, ideológica e, sobretudo espacial que a cidade sofreu, cuja característica mais marcante foi o intervencionismo no ordenamento espacial urbano” (SILVA, 1996, p.

942). De acordo com a autora, até a década de 1960, a cidade não se integrava às praias, concentrando toda sua dinâmica urbana no centro. As praias cumpriam apenas a função de veraneio.

A década de 1970, representou um marco definitivo na organização espacial da cidade, onde ações de planejamento foram implementadas de forma integrada, associando desenvolvimento e transporte, de modo menos intuitivo e com maior rigor técnico (OLIVEIRA, 2006). Em 1974, a Prefeitura Municipal de João Pessoa elaborou o Plano de Desenvolvimento Urbano – PDU, estabelecendo para a cidade um Código de Urbanismo, aprovado através da Lei N° 2.102/1975 (PMJP, 1975) e depois alterada e atualizada pela Lei 2.699/79 (PMJP, 1979), instituindo as normas ordenadoras e disciplinadoras pertinentes ao planejamento físico do Município de João Pessoa. O Plano partia da premissa que o processo de urbanização dependia das políticas de disciplinamento do uso de solo e do sistema viário (OLIVEIRA, 2006).

As mudanças urbanas transformaram o centro da cidade num polo de comércio e negócios, resultando numa reordenação espacial das demais atividades. No período entre as décadas de 1960 e 1980, o processo de desvalorização do centro histórico, em particular da Cidade Alta, só aumentou. A habitação, relegada a segundo plano por determinantes como a baixa proporção de equipamentos urbanos complementares e primordiais ao seu funcionamento, foi paulatinamente cedendo espaço ao comércio, que atualmente, configura aquela área como predominantemente comercial (SCOCUGLIA, 2004).

“No âmbito das intervenções, passaram a surgir, cada vez mais, rupturas no ambiente construído para a inserção de novas construções que pudessem abrigar atividades como bancos e lojas, afrontando a preservação do patrimônio” (GUEDES et al., 2011, p. 12).

Como afirma Scocuglia:

Iniciou-se um processo de esvaziamento das áreas residenciais do centro antigo, consolidado a partir da década de 1960, especialmente com a construção do eixo de ligação centro-praia representado pela Av. Epitácio Pessoa (iniciada na década de 1930 e só concluída no final da década de 1950), ou antes mesmo quando se urbanizou a lagoa do Parque Sólon de Lucena e a cidade se expandiu em direção aos bairros das Trincheiras e Tambiá (SCOCUGLIA, 2004, p. 79).

Esse processo implicou em novas centralidades para a cidade de João Pessoa, como é o caso do núcleo litorâneo e o núcleo sudeste. Dessa forma, pensar a cidade, ou planejá-la, deveria perpassar pelas práticas cotidianas de seus usuários, o que muitas vezes acaba sendo negligenciado (MARTINS, 2013).

Como contextualiza Paes (2009, p. 166):

As áreas centrais urbanas acumulam as marcas de processos históricos variados. A sucessão de tempo na dinâmica das áreas centrais permanece como memória nas edificações e estruturas remanescentes. A mudança funcional desses centros *refuncionalizados* vem realçar a valorização econômica destas áreas constituídas por diferentes representações socioculturais e políticas.

Atualmente João Pessoa possui 723.515 habitantes e ocupa uma área da unidade territorial de 211,475 km² (IBGE, 2010).

2.1 O patrimônio histórico

As áreas centrais das cidades recebem diversas denominações. Centro antigo, centro histórico, centro tradicional, núcleo central ou apenas centro, que de acordo com Guedes et al. (2011, p. 2-3), “[...] são termos que transcendem a localização geográfica e denotam o lugar associado à origem do núcleo urbano que tem por peculiaridade o dinamismo da vida urbana e a conotação simbólica das cidades”.

Para Corrêa (2002), a área central é o foco principal da cidade, onde se concentram as principais atividades comerciais, de serviço, de gestão pública e privada, e os terminais de transporte.

O Centro de João Pessoa está localizado na porção norte da cidade, limitando-se com os bairros: Tambiá, ao Norte; Jaguaribe e Trincadeiras, ao Sul; Torre, a Leste e com o Varadouro e o rio Sanhauá, a Oeste. A área total do bairro é de 227,70 hectares, sendo 30 hectares de áreas verdes. O Centro e o Varadouro se confundem em vários momentos, mesmo sendo bairros diferentes, oficialmente (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2014).

Dona de uma riqueza histórica e cultural, a cidade vem sendo alvo de várias intervenções com o objetivo de preservar e conservar seu rico patrimônio. Em 1987, por meio de um convênio entre o Governo do Brasil (Ministério da Cultura – MinC, e do IPHAN), o Governo Espanhol (*Agencia Española de Cooperación Internacional* - AECI) o Governo do Estado da Paraíba (Secretaria de Educação e Cultura) e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, a capital paraibana foi inserida no Programa de Preservação do Patrimônio Ibero-Americano, que é mantido pela AECI em diversos países da América Latina. A partir dessa parceria começou a ser implantado o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, cujos principais objetivos são as ações que englobem a recuperação e revitalização do Centro

Histórico e a qualificação e formação mútua dos membros da equipe do Projeto, com vista à criação de técnicos qualificados e experimentados na revitalização do patrimônio. A primeira etapa do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa foi desenvolvida entre os anos de 1989 e 2002. Neste período foram realizadas mais de 15 restaurações, entre edifícios e áreas de lazer (ENDRES; CARVALHO, 2010).

A riqueza do seu patrimônio pode ser justificada, do ponto de vista urbanístico, por sua evolução lenta, se comparada com outras capitais, conferindo a cidade uma razoável qualidade urbana “por não ter sofrido os efeitos perversos do ritmo acelerado do progresso” (SILVA, 1996, p. 941).

[...] quanto ao centro histórico, apesar de ter sofrido muitas mutilações, o ritmo acelerado de destruição/construção não foi intenso ao ponto de destruir completamente o patrimônio, que ainda apresenta potencial passível de políticas de revitalização. [...] num momento em que as políticas urbanas no país vêm privilegiando a melhoria qualitativa de vida nas cidades, João Pessoa, em função da lentidão de sua evolução urbana, ainda se encontra num patamar bastante razoável em termos de qualidade de vida e de ordenamento urbano, características essenciais de sua singularidade. (SILVA, 1996, p. 942).

A partir do final do Século XVI, começa a ser formado o acervo histórico e artístico edificado e que compõe na atualidade o Centro Histórico de João Pessoa. Este acervo ganhou importância com o tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, dos seus primeiros edifícios como monumentos nacionais, em 1938 e consolidou-se em 1982 com a delimitação do Centro Histórico Inicial de João Pessoa pelo Instituto Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP.

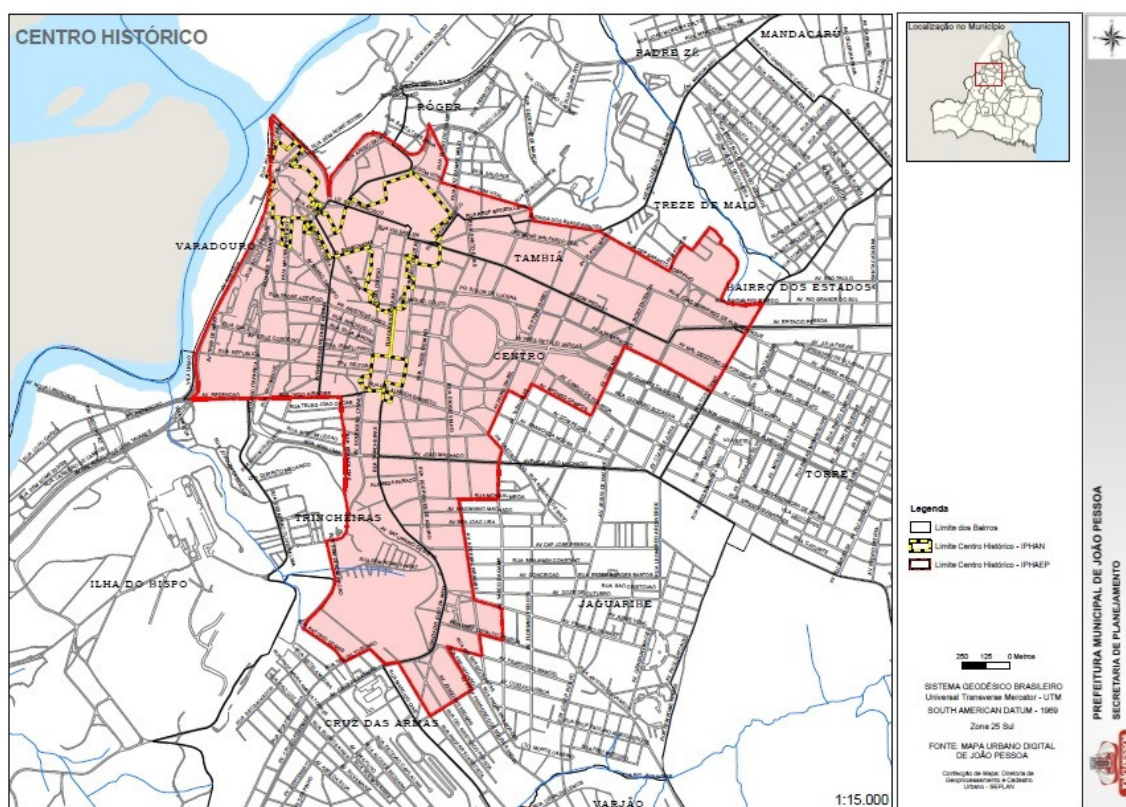
O Centro Histórico de João Pessoa foi tombado e erigido a categoria de Patrimônio Cultural Brasileiro na data de 6 de dezembro de 2007 pelo IPHAN e teve sua inscrição nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Um dos argumentos principais é o fato de ser a terceira cidade mais antiga do Brasil. (OLIVEIRA, 2012, p. 392).

Preliminarmente, considera-se para essa análise o termo Centro Histórico adotado por Guedes et al. (2011) e definido por Castells (1979), como o espaço que devido as suas características de ocupação permite uma coordenação das atividades urbanas, uma identificação simbólica e ordenada dessas atividades. Para Gutierrez (1989), este espaço adquire uma dimensão ampla onde os acontecimentos do passado são testemunho de uma formação cultural que vai se enriquecendo através do tempo.

O que atualmente se denomina de Centro Histórico (Figura 2), é o conjunto urbano formado por núcleos que historicamente se desenvolveram de forma paralela, desde o início da colonização (Século XVI), e com funções bem diferenciadas:

- De um lado o “Varadouro ou Cidade Baixa” em torno do Porto do Capim (rio Sanhauá) que foi, desde a origem o núcleo econômico da cidade e localização do porto que propiciava o escoamento da produção;
- Do outro, a “Cidade Alta” que se desenvolveu como núcleo residencial e administrativo em torno dos grandes edifícios religiosos, contornando quadras de traçado regular sobre dois “eixos cerimoniais” principais, que formam uma cruz latina. No sentido longitudinal, o eixo parte da Igreja de Santo Antônio para terminar no Antigo Convento dos Jesuítas, atual Palácio da Redenção; no sentido transversal, parte da Igreja do Carmo até o Mosteiro de São Bento.

Figura 2: Delimitação do Centro Histórico de João Pessoa



Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2014.

Os dois núcleos, baixo e alto, uniram-se desde a origem por dois acessos – hoje características do Centro Histórico – a Ladeira da Borborema e a Ladeira São Francisco,

ambas de forte declividade, e a atual rua da Areia, numa situação posterior, diagonal que segue a linha de menos declividade.

Nestes núcleos está contida a grande maioria do acervo patrimonial histórico urbano da cidade. O Estado da Paraíba possui, de acordo com o IPHAN, um total de 19 monumentos, sendo 8 localizados no Centro Histórico de João Pessoa. O Estado também conta com 115 monumentos, sendo 29 localizados no Centro Histórico de João Pessoa, conforme declaração do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.

Convém citar o memorialista Walfredo Rodriguez e sua obra “Roteiro sentimental de uma cidade”, publicada em 1962, por evocar a paisagem da capital paraibana em sua época, enfatizando que “alguém já disse que, sem o passado, não haverá futuro, por isso, inclinamo-nos, sempre, pelo presente, aos dias que se foram, evocando a singeleza daquela vida sem maldades, num comparativo atualizante” (RODRIGUEZ, 1994, p. 198).

Então, no presente resgatamos a memória do passado e nos é possível planejar o futuro, e, mesmo que com novos usos ou apenas em forma de ruínas, é através dos monumentos históricos, impregnados de historicidade e identidade cultural, que o turismo encontra terreno fértil para o desenvolvimento de suas atividades.

3 GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO, TURISMO E ESPAÇO URBANO

Por um longo período o conceito de "lugar", foi utilizado pelos geógrafos para definir a localização de um determinado local. No entanto, o conceito moderno de "lugar" é tido como fundamental no campo de estudo da geografia.

Nesse entendimento, aproximamos a discussão à Geografia Humanista, onde aduzimos os ensinamentos de Tuan (1983), que amplia o conceito de "lugar" agregando a "experiência" como seu principal fator de constituição. Em sua obra “Espaço e lugar: a perspectiva da experiência”, Tuan defende que "espaço", "lugar" e “tempo” são os conceitos indissociáveis que coexistem e determinam a natureza da Geografia.

O espaço, na perspectiva humanista de Tuan, refere-se a sentimentos e experiência. A experiência é compreendida pela forma como cada indivíduo vivencia o mundo, pela qual cada um constrói sua própria realidade. A experiência envolve sensação (sentimento), percepção e concepção (TUAN, 1983). Assim como no turismo, a experiência que o turista vivencia no destino visitado é subjetiva e individual, mesmo que um grupo de pessoas compartilhe de uma mesma experiência, cada qual atribuirá um sentido para ela, atribuindo, assim, um significado particular e que se relaciona a percepção particular do indivíduo que observa.

A percepção geográfica, por sua vez, vem da observação e entendimento das interações homem-ambiente refletidas no ambiente geográfico, este entendido por Corrêa (1997, p. 292) como “a natureza e o espaço socialmente produzido, do qual o homem é parte integrante”.

O espaço urbano, de acordo com Corrêa (2002, p. 9), é um espaço “[...] fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Já o espaço turístico urbano é definido por Boullón (2002, p. 79), como “[...] consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infraestrutura turística, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país”.

Mesquita e Xavier (2013), ao tratarem da relação entre o turismo e sua atuação na expansão do espaço urbano, enfatizam que o crescimento de alguns setores como hospedagens, alimentos e bebidas, e transportes, somados à consolidação e à formação de consumidores de produtos turísticos, resultou em uma nova forma de ocupação do espaço.

Nesse entendimento, os espaços, que a princípio destinavam-se ao uso residencial e aos serviços para a população, passam a ser remodelados para serem utilizados também pelo turismo, resultando em novas formas de uso e ocupação do espaço urbano propriamente dito. Essa ressignificação do espaço é evidenciada, sobretudo, nos centros históricos das cidades brasileiras mais adensadas, onde se observam os inúmeros projetos de revitalização fortemente alimentados pelo setor turístico (PAES-LUCHIARI, 2000; 2005).

Resguardando o objetivo desta pesquisa e tomando como referência a abordagem geográfica, buscamos compreender a complexa relação que se manifesta na organização do espaço urbano e a manifestação das atividades turísticas levando em consideração seus aspectos históricos e culturais. Tal como esclarece Paes (2009, p. 166):

Aprofundar as reflexões acerca das diferentes estratégias de valorização, representação, apropriação e uso dos bens patrimoniais das áreas centrais urbanas, hoje em processo de *refuncionalização*, nos possibilita compreender de que modo o patrimônio histórico foi incorporado à esfera do consumo cultural, agregando valor econômico às paisagens urbanas e aos lugares-símbolo de pertencimento de identidades territoriais, e contribuindo na seleção de um conjunto de formas e expressões culturais que passaram a ser atrativas para o olhar turístico.

O espaço e a paisagem são então mercantilizados para o “consumo”. Para Santos (1995, p.16):

[...] o turismo vai aparecer como um fator extremamente importante na compreensão da centralidade, porque, ao lado dos habitantes que têm uma lógica de consumo do centro ligada ao seu poder aquisitivo e à sua capacidade de mobilização, vêm os turistas, que são os homens de lugar nenhum, dispostos a estar em toda parte e que começam a repovoar, a recolonizar, a refuncionalizar e a revalorizar, com a sua presença e o seu discurso, o velho centro.

Como ressalta Paes (2009), essa é uma relação de paradoxal compreensão, pois de um lado tem-se a preservação patrimonial que restringe e limita mudanças estruturais e funcionais dos bens tombados, e por outro, a atividade turística que agrega novos usos ao território.

Isto porque, como explica Knafou (1996), o processo de transformação de determinado espaço em território turístico, requer a readequação desse espaço a novos usos, ou seja, à nova especialização que lhe é atribuída. Implica então considerar, que a demanda social do turismo resultará em um novo sistema de ações para o espaço, tendo em vista que “[...] os elementos do espaço e as bases do turismo vivem em profundas divergências” (MARIANI, 2007, p. 215).

Nessa direção, pensar na gestão do espaço turístico urbano implica considerar que o planejamento urbano e o planejamento do turismo devem ser igualmente pensados de forma

indissociável, uma vez que diante do fenômeno turístico, o espaço, antes estritamente urbano, também se constitui no espaço do turismo, formando uma teia de relações sociais, econômicas e culturais articuladas entre si que dificilmente é possível separar.

3.1 A percepção dos elementos do espaço turístico urbano

Os estudos da paisagem urbana têm se concentrado não apenas nos aspectos físicos materializados na estruturação das cidades, mas enfatizam também os valores simbólicos que resultam da percepção de cada indivíduo. Nessa direção, os estudos de Lynch (1987) analisam a imagem da cidade e enfatizam, sobretudo, a imagem mental do observador:

As imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e o meio ambiente. Este último sugere especificidades e relações, e o observador - com grande capacidade de adaptação e à luz de seus próprios objetivos - seleciona, organiza e confere significado aquilo que vê. A imagem assim desenvolvida limita e enfatiza o que é visto, enquanto a imagem em si é testada, num processo constante de interação, contra a informação perceptiva filtrada. Desse modo, a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes (LYNCH, 1997, p. 7).

Em seu livro "A Imagem da Cidade", Kevin Lynch (1997) analisou a qualidade visual de três cidades americanas: Boston, Los Angeles e Jersey. O conceito central foi a "legibilidade" do espaço urbano através dos traços físicos das paisagens por meio da percepção do observador. O trabalho apresenta um método que auxilia na descrição da imagem mental com base na percepção que os usuários têm dos elementos urbanos que compõem a cidade.

O autor chama atenção para a imaginabilidade da paisagem urbana, através do significado social de uma área, sua função, história, dentre outras influências que atuam sobre a experiência do observador, e se utiliza de elementos formais que conferem legibilidade ao lugar e para seus usuários no decurso de longos períodos de tempo.

Lynch (1997) trabalha com o conceito de "legibilidade" do ambiente urbano, através do qual uma cidade só é "legível" se puder ser "imaginável", ou seja, é necessário que haja clareza física na imagem. Para ele, existem cinco elementos da cidade que podem ser percebidos pelos seus usuários: as vias, os limites, os bairros, os cruzamentos e os pontos marcantes.

As vias representam os caminhos pelos quais o observador transita, como as ruas, os canais, as linhas de trânsito, as ferrovias, etc. Os limites constituem fronteiras entre duas partes da cidade, ou interrupções lineares como costas marítimas ou fluviais, cortes das linhas férreas, dentre outros elementos secundários através dos quais regiões se relacionam e se encontram.

Os bairros são espaços de uma cidade com uma extensão bidimensional nos quais o observador pode “penetrar” e reconhecer como tendo algo comum e identificável. Os cruzamentos por sua vez, são pontos estratégicos de uma cidade, podem ser junções ou a convergência de vias. Os pontos marcantes podem ser definidos de duas maneiras distintas: na primeira, o elemento é visível a partir de muitos outros lugares, portanto, a localização é crucial; e na segunda, fundamental é a existência de contraste local com os elementos vizinhos, pode ser a variação no recuo e/ou altura.

No entendimento de Lynch (1997), um lugar para ser "legível" aos seus usuários apresenta vias, limites, bairros e marcos que são facilmente reconhecidos e que facilitam a locomoção pela cidade.

O que se evidencia no método de Lynch é a interpretação da visão e dos significados que o observador atribui ao ambiente. Isto é, a maneira com que usuário (cidadão ou turista) vê, sente, compreende, utiliza e se apropria dos espaços da cidade, de sua forma, de seus elementos e de suas atividades sociais.

O autor também evidencia a flexibilidade dos espaços e seus significados particulares, classificando a cidade como estável por algum tempo, porém sempre se modificando nos detalhes, por meio de uma sucessão contínua de fases temporais.

Como resultado de seus estudos, Lynch (1997) elenca alguns conceitos que devem orientar o planejamento urbano de uma cidade, classificando-os como “qualidades da forma”. São eles:

1. Singularidade ou clareza das figuras de fundo: nitidez dos limites; fechamento; contraste de superfície, forma, intensidade; complexidade, tamanho, uso, localização espacial;
2. Simplicidade de forma: visível em sentido geométrico, limitação de partes, como a clareza de um sistema de quadrícula, de um retângulo, de uma cúpula;
3. Continuidade: continuação de limites ou superfícies; repetição de intervalos rítmicos, similaridade;
4. Predominância: predomínio de uma parte sobre outras em decorrência do tamanho, da intensidade ou do interesse, resultando da leitura do todo como uma característica principal associada a um conjunto;

5. Clareza de ligação: alta visibilidade das ligações e costuras; relação e inter-relações claras;

6. Diferenciação direcional: assimetrias, gradientes e referências radiais que diferencial uma extremidade da outra;

7. Alcance visual: qualidades que aumentam o âmbito e a penetração da visão, tanto concreta quanto simbolicamente. Incluem as transparências, sobreposições, vistas e panoramas que aumentam a profundidade de visão, elementos de articulação que explicam visualmente um espaço, concavidade;

8. Consciência do movimento: as qualidades que, através dos seus sentidos visuais e cinestésicos, tornam sensível ao observador o seu próprio movimento real ou potencial. São estes os artifícios que melhoram a clareza de ladeiras, curvas e interpenetrações, oferecem a experiência de paralaxe e perspectiva de movimento, mantém a consciência de direção ou mudança de direção, ou tornam visível o intervalo entre as distâncias;

9. Séries temporais: são percebidas com o passar do tempo, incluindo tanto as ligações simples, elemento por elemento, nas quais um elemento é simplesmente ligado à outros dois, o que o antecede e aquele que o sucede, como as séries verdadeiramente estruturadas no tempo e, portanto, de natureza melódica, como se os marcos aumentassem sua intensidade formal até atingirem um clímax;

10. Nomes e significados: características não-físicas que podem aumentar a imaginabilidade de um elemento. Os nomes, por exemplo, são importantes para a cristalização da identidade. Às vezes, dão indicações de lugares. O autor também disponibiliza um capítulo do livro contendo somente informações sobre o método utilizado nas pesquisas. Mapas e imagens, desenhos conceituais e legendas específicas, além do roteiro da entrevista feita com os habitantes das cidades analisadas.

Essas qualidades coexistem e se confundem no *design* urbano, estabelecendo a inter-relação das partes que formam o todo.

A imaginabilidade total de uma área tão extensa quanto a urbana não significaria uma intensidade de imagem igual em qualquer ponto. Haveria figuras dominantes e cenários mais extensivos, pontos focais e material de ligação. Mas quer intensiva quer neutra, cada parte seria presumivelmente clara e nitidamente ligada ao todo (LYNCH, 1997, p. 125).

Em síntese, o autor defende a tese de que o ambiente urbano pode ter uma forma perceptível com múltiplas funções e significados aos olhos do observador, cada qual com seus filtros culturais.

Remetendo a análise ao campo do turismo, Boullón (2002), ao estudar os elementos do espaço turístico urbano aponta-os como: logradouros, marcos, bairros, setores, bordas e roteiros.

De forma análoga, os logradouros de Boullón (2002) correspondem aos caminhos e pontos nodais de Lynch (1997). Boullón (2002) define os marcos como objetos, artefatos urbanos ou edifícios que se destacam no todo e atuam como pontos de referência. Os setores e os roteiros são elementos identificados apenas por Boullón (2002). Para ele, os setores são substancialmente menores que os bairros, mas que possuem características similares. Os roteiros são as vias de circulação selecionadas para o trânsito turístico de veículos e de pedestres, tendo em vista seus deslocamentos para visitar os atrativos turísticos.

Os limites para Lynch (1997) são elementos lineares que demarcam duas partes de uma cidade e que correspondem às bordas apontadas por Boullón (2002). As bordas são elementos que separam bairros diferentes ou que definem os extremos ou margens de partes da cidade.

Os bairros para Lynch (1997) são espaços de uma cidade com uma extensão traçada em um plano de duas dimensões. Na concepção de Boullón (2002), são seções da cidade onde o turista pode entrar e se deslocar.

A análise dos elementos do espaço turístico urbano com base nos estudos de Boullón (2002), possibilita compreender que é imperioso implementar de forma articulada tanto o planejamento urbano, como o planejamento setorial do turismo, isso porque, mesmo os espaços onde o turismo já acontece, ou aqueles com vocação para ser explorado, não podem ser observados isoladamente, uma vez que o turismo acontece, se apropria e faz uso do espaço onde está inserido. Então, ao tratar do espaço turístico urbano trata-se do espaço urbano propriamente dito.

4 O PLANEJAMENTO TURÍSTICO

Entende-se por planejamento a “definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização” (PETROCCHI, 1998, p. 19). Segundo Molina e Rodriguez (2001, p. 79), “o planejamento é o resultado de um processo lógico de pensamento, mediante o qual o ser humano analisa e estabelece os meios que permitirão transforma-lo de acordo com seus interesses e aspirações”. Trata-se da busca por ações mediante visão previamente estabelecida de um futuro que se pretende atingir.

Muitas vezes os conceitos de planejamento e gestão são interpretados como sinônimos, embora sejam divergentes. Dessa forma, a primeira questão que precisa ser esclarecida no contexto desta discussão é a diferença entre eles. A distinção entre os conceitos foi bem elaborada por Anjos, Anjos e Oliveira (2013, p. 392):

A gestão e o planejamento são complementares, inter-relacionados e dependentes no sentido da eficácia de ambos. A gestão de cada processo de planejamento precisa ser eficiente o suficiente para perseguir os objetivos propostos, e intrinsecamente flexíveis para acompanhar as mudanças dos ambientes internos e externos. O planejamento, por sua vez, precisa preocupar-se com a gestão de cada processo, que deve acontecer de forma contínua e sistêmica. O planejamento se configura como um processo cíclico retroalimentado constantemente, e mesmo se expressando linearmente no tempo, possibilita a geração de propostas e soluções num ambiente contínuo de tomada de decisões, tendo um caráter muito mais complexo do que uma sequência de atividades.

O planejamento está relacionado com o futuro e envolve a otimização de potencialidades e a redução ou extinção de problemas. Trata-se de um processo complexo que, normalmente, deve ser pensado em longo prazo. Já a gestão remete ao presente e implica em administrar uma situação que apresenta necessidades imediatas.

Se observarmos a cidade como um sistema, dotada de elementos diversos (moradia, trabalho, serviços, lazer, etc.) e inter-relacionáveis, dentre eles o próprio turismo, entenderemos que um processo de planejamento e gestão de espaços turísticos – sejam eles urbanos ou não – devem ter como pressuposto uma visão sistêmica.

A cidade é o espaço onde os homens, em constante movimentação, produzem, reproduzem e consomem, influenciando e afetando o conjunto da cidade, com maior ou menor intensidade. Todo comportamento individual interfere de algum modo no coletivo, embora nem sempre provoque desequilíbrio no conjunto ou conflito com outros indivíduos. Quando as ações afetam o equilíbrio, torna-se necessário dispor de mecanismos reguladores que minimizem ou evitem os conflitos (SILVA; ARAUJO, 2003, p. 58).

Dessa forma, torna-se imperioso planejar o turismo, sobretudo aquele que se insere em áreas urbanas de grande potencial histórico e cultural, como é o caso dos centros históricos de muitas capitais brasileiras, tendo como ponto de partida o Plano Diretor que rege e estabelece as políticas urbanas para estas áreas.

Para Chias (2007), quando uma localidade pretende impulsionar o turismo é indispensável formular um plano estratégico de longo prazo, um plano de desenvolvimento e os planos de marketing, para que os recursos possam ser transformados em produtos e como estes devem ser posicionados no mercado. Na concepção do autor, os planos de desenvolvimento devem reunir conteúdos-chave sobre os quais é preciso agir. São eles: o território, a acessibilidade, a população, os recursos com potencial turístico, os equipamentos e serviços, e o sistema de organização e direção da atividade turística.

O planejamento turístico, segundo Mariani (2007, p. 211):

[...] é um processo racional de tomada de decisões, que implica uma reflexão sobre as condições e repercussões econômicas, sociais, culturais, políticas e ecológicas de um território; e, ao mesmo tempo, pensar as bases para ações futuras na esfera do turismo com propósito de estabelecer critérios, normas e programas de desenvolvimento sustentável.

Como bem ensina Seabra (2000, p. 93), “o turismo, como qualquer outra atividade econômica, deve estar inserido numa proposta mais ampla de planejamento, que considere os demais setores ligados à economia e ao ambiente”.

O planejamento se apresenta, portanto, como forma de aproximação da realidade existente a um cenário desejado. O planejamento urbano deve ser macro e integrado, sendo que o planejamento turístico representa apenas uma de suas múltiplas facetas.

No âmbito do turismo, é necessário estabelecer diretrizes com base em ações e instrumentos que possam assegurar condições adequadas para o uso racional dos recursos, e para a elaboração de planos desta natureza, “[...] os conceitos básicos empreendidos devem ser: espaço, território, lugar, turismo e desenvolvimento local” (MARIANI, 2007, p. 214).

Pode-se afirmar que uma política de turismo é o instrumento maior que antecede planos, programas e projetos. Ela pode ser considerada

[...] a espinha dorsal do ‘formular’ (planejamento), do ‘pensar’ (plano), do ‘fazer’ (projetos e programas), do ‘executar’ (preservação, conservação, utilização e resignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do ‘reprogramar’ (estratégia) e do ‘fomentar’ (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais (BENI, 2002, p. 77).

Dentre os instrumentos legais que rege o desenvolvimento da atividade turística no país, tem-se a Lei nº 11.771/08, que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo – Lei Geral do Turismo – definindo atribuições do governo federal, por meio do Ministério do Turismo (MTur), sobre o planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, inclusive a divulgação institucional no país e no exterior, bem como o cadastro, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos (RODRIGUES, 2011), e atualizada por meio dos Planos Nacionais de Turismo trienais em consonância com os Planos Plurianuais do governo federal.

Para a elaboração de Planos Municipais de Turismo, algumas premissas devem ser priorizadas: a definição clara do conceito de ecossistema e patrimônio histórico; o controle dos impactos negativos, sobretudo em relação ao uso do solo e a proteção do patrimônio histórico; o encorajamento de práticas corretas de forma à garantir melhores formas de estruturação das localidades; a manutenção do senso de proporção, respeitando a proporcionalidade entre a ação e a intensidade do problema; o conhecimento por parte do *trade* turístico e dos turistas acerca da importância do meio ambiente e do patrimônio histórico; e, a manutenção do equilíbrio entre conservação e desenvolvimento, afinal, para o turismo esses conceitos são interdependentes (MARIANI, 2007).

4.1 O Plano Diretor de Turismo de João Pessoa (PDT)

O atual Plano Diretor de Turismo (PDT) do município de João Pessoa, publicado em 2012 e elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2012) com apoio técnico da Secretaria de Turismo de João Pessoa (SETUR), engloba aspectos tanto de oferta como de demanda. Sua elaboração contou com a participação de sujeitos públicos e privados, associações de classe ligadas ao *trade* e de diferentes setores. O PDT de João Pessoa está estruturado em três blocos: Sistema de Gestão, Plano de Desenvolvimento e Plano de Marketing.

O Sistema de Gestão aborda a integração e articulação dos entes públicos em âmbito federal, estadual e municipal e do setor público com o privado. Trata ainda composição e do funcionamento do COMTUR – Conselho Municipal de Turismo, com enfoque na gestão participativa do turismo local.

Parte-se da compreensão da cadeia produtiva, através de um diagnóstico do ambiente local, que resultou na exposição de três aspectos principais do Sistema de Gestão atual no

PDT:

(i) como é o ambiente local no qual a atividade turística se desenvolve e como o município se relaciona com os municípios vizinhos e demais roteiros turísticos da região; (ii) o arranjo institucional da atividade turística no município, do ponto de vista das instituições existentes e atuantes no setor local, e quais as inter-relações que a SETUR possui com essas instâncias internas e externamente à prefeitura; e (iii) como está organizada a estrutura de governança que a SETUR utiliza para fazer a gestão da atividade turística (FGV, 2012, p. 24).

Convém esclarecer, que o diagnóstico do ambiente local onde o turismo acontece e/ou almeja se desenvolver, é a etapa do planejamento turístico que descreve a situação atual do destino com base nos fatos, nas estatísticas e no seu histórico, obtidos pelo processo de levantamento de dados (inventário). O diagnóstico resulta na apresentação de uma visão analítica do fenômeno turístico na localidade e das relações entre seus diversos componentes (BRASIL, 2014).

A situação atual do turismo em João Pessoa, de forma geral, evidencia que o município está dotado de atrativos significativos e ainda se beneficia da atratividade de seus municípios vizinhos, como é o caso das praias do Litoral Sul (Conde e Pitimbu) e do Litoral Norte (Cabedelo e Lucena), diversificando a oferta através do *mix* de produtos (FGV, 2012).

O PDT elenca as principais dimensões de análise do diagnóstico de oferta turística de João Pessoa, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1: Variáveis do diagnóstico turístico de João Pessoa

DIMENSÕES DE ANÁLISE DA OFERTA	VARIÁVEIS DO DIAGNÓSTICO
Infraestrutura geral	Capacidade de atendimento médico para o turista no destino; Fornecimento de energia; Serviço de proteção ao turista; Estrutura urbana nas áreas turísticas.
Acesso	Acessos aéreo, rodoviário, aquaviário e ferroviário; Sistema de transporte no destino; Proximidade com grandes centros emissivos de turistas.
Monitoramento	Setor específico de estudos e pesquisas; Sistema de estatística de turismo; Medição dos impactos da atividade turística; Pesquisa de demanda.
Serviços e equipamentos turísticos	Sinalização viária e turística; Postos de Informação Turística; Espaços para eventos; Capacidade dos meios de hospedagem; Capacidade do turismo receptivo; Estrutura de qualificação para o Turismo; Capacidade dos restaurantes.
Atrativos turísticos	Atrativos naturais; Atrativos culturais; Eventos programados e realizações técnicas e científicas ou artísticas.

Aspectos ambientais	Estrutura e legislação municipal de meio ambiente; Atividades em curso potencialmente poluidoras; Rede pública de distribuição de água; Coleta e destinação pública de resíduos; Unidades de conservação no território municipal.
Aspectos culturais	Produção cultural associada ao turismo; Patrimônio histórico e cultural; Estrutura municipal para apoio à cultura.
Aspectos sociais	Acesso à educação; Empregos gerados pelo turismo; Política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; Uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; Cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Fonte: FGV, 2012. Organizado pelo autor (2014).

De acordo com o diagnóstico apresentado no PDT, com base nas dimensões elencadas no Quadro 1, João Pessoa dispõe de serviços públicos e privados que agregam valor ao desenvolvimento turístico. É importante enfatizar que os serviços são capazes de proporcionar uma experiência positiva do turista no destino, ou prejudicar a imagem do local dependendo da qualidade dos serviços prestados (FGV, 2012).

Nesse sentido, João Pessoa dispõe de serviços favoráveis ao turista, além da beleza de suas praias e um ritmo de vida ainda calmo se comparado às demais capitais brasileiras. No que tange a segurança, a cidade conta com o grupamento especial da Polícia Militar - a Companhia Especializada de Apoio ao Turista (CEATur), além de um programa de proteção ao turista desempenhado pela Polícia Civil. Conta ainda com atendimento médico e emergências 24 horas, como se observa no PDT de João Pessoa.

Há ainda órgãos responsáveis pela conservação urbana, sua orla é urbanizada, os abrigos de ônibus são cobertos, há lixeiras espalhadas pela cidade, programas de conservação do mobiliário urbano e de áreas verdes.

Entretanto, depreende-se dos dados publicados no PDT, que ainda existem aspectos que requerem melhorias, como a necessidade de ampliar as áreas de estacionamento para veículos turísticos, sobretudo no Centro Histórico; melhorar o estado de conservação das lixeiras e dos abrigos de ônibus; ampliar a oferta de banheiros públicos nas áreas turísticas, entre outros (FGV, 2012).

A acessibilidade ao município se dá através de diferentes modais de transporte. Por via aérea, através do Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto, onde a oferta de voos também requer ampliação. O acesso a João Pessoa, já que o aeroporto localiza-se no

município de Bayeux (40 minutos de distância), necessita da implantação de transporte público regular, ainda inexistente. O acesso por meio rodoviário é favorável, seja por rodovias federais (BR 101 e 230), ou pelas estradas estaduais, que oferecem boas condições de tráfego e muitas foram recentemente duplicadas. A cidade também dispõe de um terminal rodoviário de passageiros que permite o acesso interestadual e intermunicipal.

João Pessoa também encontra-se nas proximidades do Porto de Cabedelo, que está passando por reformas para ampliar sua capacidade e oferta, uma vez que o Porto ainda não integra as principais rotas de cruzeiros marítimos da costa brasileira, mesmo possuindo localização geográfica privilegiada com maior proximidade com a Europa (FGV, 2012).

Em relação ao transporte ferroviário, operacionalizado pela CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), a cidade dispõe de linha férrea que faz a ligação entre os municípios de Cabedelo, João Pessoa, Bayeux e Santa Rita. Destaca-se que o trem urbano de João Pessoa não é utilizado para fins turísticos, embora pudesse ser adaptado para este fim.

No que concerne à sinalização turística, fator importante para o deslocamento do turista no destino, João Pessoa conta sinalização nos padrões previstos pelo Ministério do Turismo, porém, como se observa no PDT, muitas placas encontram-se deterioradas pela ação do tempo. A sinalização também não abrange a totalidade dos atrativos locais, o que prejudica o trânsito autônomo dos turistas que estão visitando a cidade pela primeira vez.

João Pessoa dispõe de sete postos de informações turísticas em locais estratégicos de fluxos de turistas. Alguns não muito bem posicionados, como é o caso do complexo São Francisco no Centro Histórico, onde sugere-se no PDT, que este seja deslocado para área da frente do atrativo de forma a facilitar o acesso dos turistas (FGV, 2012).

Em relação a oferta de meios de hospedagem, a cidade apresenta padrão médio com poucas categorias de hotéis, carecendo de hotéis de luxo, super luxo, *resorts* e pousadas de charme. Em números, João Pessoa conta com 91 hotéis e similares e 22 tipos de alojamento, que juntos somam 12.241 leitos (FGV, 2012).

Os atrativos turísticos da cidade foram mapeados no PDT levando-se em consideração aqueles já comercializados ou com potencial para comercialização. Os principais atrativos elencados no PDT de João Pessoa estão elencados no Quadro 2.

Quadro 2: Atrativos turísticos de João Pessoa

ATRATIVOS COMERCIALIZADOS		ATRATIVOS POTENCIAIS
Naturais	Piscinas naturais de Picãozinho; Praias urbanas (Cabo Branco, Tambaú, Manaíra e Bessa); Estuário do Rio Sanhauá com Rio Paraíba; Parque Zoobotânico Arruda Câmara – BICA; Ponta do Seixas; Jardim Botânico (Mata do Buraquinho); Parque Solón de Lucena.	Nenhum atrativo relatado como sendo potencial e não comercializado atualmente.
Culturais	Centro Histórico de João Pessoa; Complexo de São Francisco; Hotel Globo; Estação Cabo Branco; Mercado de Artesanato Paraibano.	Fortaleza de Santa Catarina (Cabedelo); Praça da Independência; Casa do Artista Popular; Praça João Pessoa; Fazenda da Graça; Espaço Cultural José Lins do Rego.

Fonte: FGV, 2012. Organizado pelo autor (2014).

Na avaliação dos aspectos ambientais, culturais e sociais, identificou-se na cidade iniciativas de incentivo e preservação do meio ambiente, através da ação de órgãos públicos e privados, campanhas de educação ambiental e a existência de áreas de protegidas. Entretanto, há presença de atividades poluidoras que ainda não passaram por um estudo de impacto e/ ou de capacidade de carga (FGV, 2012).

O artesanato local típico, sobretudo aqueles produzidos com o algodão colorido, bem como sua culinária, também são fatores que agregam valor ao turismo local. Além disso, João Pessoa conta com patrimônio histórico e cultural tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP) e pelo IPHAN, que são considerados atrativos turísticos e estão abertos para visitação (FGV, 2012).

Ainda concernente à análise da oferta, merece destaque a informalidade e a pouca qualificação da mão-de-obra que atua diretamente no turismo, o que requer maior fiscalização, além do estabelecimento de políticas públicas voltadas para a qualificação do trabalho turístico.

A partir das informações coletadas no diagnóstico da oferta turística de João Pessoa, o PDT do município elenca cinco propostas e recomendações que visam subsidiar o desenvolvimento do turismo local, são elas:

- 1) Melhorar a interlocução com os municípios circunvizinhos, o que contribui para o fortalecimento da oferta através da diversificação de produtos;
- 2) Investir na formação de um banco de dados consistente, com informações confiáveis sobre o perfil da demanda e informações da cadeia produtiva, para

auxiliar o gestor público no processo de tomada de decisões estratégicas;

- 3) Melhorar o modelo de Gestão do COMTUR, através da criação de câmaras temáticas para tratar de assuntos específicos e prioritários;
- 4) Monitorar a execução do PDT, contando, inclusive, com participação efetiva do COMTUR nesse processo;

Monitorar o quadro de indicadores da atividade turística, também em parceria com o COMTUR, conforme recomenda o PDT (FGV, 2012).

Na análise da demanda, foi traçado o perfil do turista que visita João Pessoa com base em uma pesquisa desenvolvida pela FGV com 540 turistas. De acordo com a FGV (2012), estes dados também visam subsidiar o Plano de Marketing do município. Em síntese, os turistas que visitam João Pessoa são procedentes, em sua maioria, dos estados de Pernambuco, São Paulo, Paraíba e Rio de Janeiro, seguido dos estados do Rio Grande do Norte e Distrito Federal. Sendo o nordeste a principal região emissora em números absolutos (FGV, 2012).

A cidade é procurada, principalmente, por turistas que buscam sol e praia, e o tempo médio de permanência varia entre 7 e 10 dias para os turistas procedentes do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, e 2 e 3 dias para aqueles oriundos do Recife, Natal e do interior do estado. Não se verifica no estudo de análise de demanda de João Pessoa a tendência de se contratar os passeios por intermédio de agências, onde a maioria o faz por conta própria.

No que tange a imagem do destino, o PDT enfatiza duas situações distintas: primeiro, a visão dos turistas que visitam a cidade pela primeira vez, onde a imagem do destino melhorou em relação às suas expectativas; segundo, para aqueles que já haviam visitado a cidade antes, a imagem piorou. De acordo com o PDT (FGV, 2012), isso sugere uma investigação futura mais detalhada.

Com base no diagnóstico da oferta e da demanda, o PDT de João Pessoa apresenta alguns eixos estratégicos que deverão pautar o desenvolvimento do turismo local, são eles:

- a) Gestão participativa e articulada: deve-se promover a articulação entre os setores público e privado, profissionais do turismo e as Universidades;
- b) Planejamento, monitoramento e avaliação: planejar, monitorar e avaliar os objetivos, ações, metas e resultados para aumentar a eficiência da gestão e o aproveitamento racional dos recursos;
- c) Integração da oferta turística: desenvolver o turismo em parceria com os municípios vizinhos para diversificar a oferta, prolongando o tempo de permanência dos turistas;

- d) Desenvolvimento social: promover a inserção de jovens no mercado de trabalho, gerando novos postos de trabalho e renda em benefício da população;
- e) Promover a diversidade e acessibilidade: permitir que a oferta local seja acessível a diferentes públicos, rompendo barreiras ideológicas, religiosas ou de orientação sexual;
- f) Valorização da cultura paraibana e nordestina: valorizar as tradições para melhorar a autoestima da população local através dos valores arraigados em suas danças, crenças, música, festas e gastronomia;
- g) A produção associada ao turismo: como mais uma forma de renda para população, deve-se promover a produção associada, valorizando a produção artística, o artesanato e a produção agropecuária;
- h) Competitividade, empreendedorismo e inovação: investir na competitividade do destino através da expansão dos negócios e da capacidade de empreender e inovar;
- i) Valorização do patrimônio histórico e do patrimônio natural: agregar valor aos atrativos melhorando a qualidade da oferta;
- j) Sustentabilidade: oferecer uma experiência positiva ao turista, ao mesmo tempo que promove qualidade de vida para comunidade receptora, respeitando o meio ambiente, a cultura local e protegendo as crianças e adolescentes da exploração sexual (FGV, 2012).

Para tanto, alguns desafios precisam ser superados, ou seja, João Pessoa ainda enfrenta algumas barreiras que a impedem de alavancar o turismo, tais como: a deficiência da malha aérea; a carência em divulgação e promoção da cidade; e a falta de maior oferta e diversificação do setor hoteleiro. Sabe-se que o PDT é apenas o documento norteador das ações para o desenvolvimento do turismo, e para que se efetive, é preciso que planos e projetos específicos sejam colocados em prática.

4.2 O projeto de Sinalização Turística para Pedestres e o planejamento setorial do turismo

Nesta análise, o Projeto de Sinalização Turística para Pedestres no Centro Histórico de João Pessoa (SETUR, 2008) representa o planejamento setorial do turismo. Este projeto cultural e histórico permite conhecer o centro de João Pessoa e algumas adjacências, como é o

caso do bairro do Varadouro que abriga o Porto do Capim, a partir de um roteiro para ser percorrido a pé e guiado por placas de sinalização.

Esta não é uma iniciativa inédita no Brasil, outras, como a “Linha Pinhão”¹ em Curitiba (SIVIERO, 2006), também foram implementadas, entretanto, como ressaltou a autora, sua aplicabilidade não saiu, de fato, do papel.

O Projeto de Sinalização Turística para Pedestres visa permitir ao visitante um contato mais direto e direcionado com o Centro Histórico de João Pessoa, disponibilizando informações de tal forma que permita, a critério dos interesses dos possíveis grupos, acessar os diversos monumentos e vivenciar de forma agradável tanto o patrimônio cultural quanto o natural (SETUR, 2008). Além disso, um folder explicativo do Roteiro é disponibilizado pela Secretaria Municipal de Turismo de João Pessoa, em diversos pontos de apoio ao turista na cidade.

O roteiro foi lançado em dezembro de 2008, frutos da parceria entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e o Mtur. Ao todo foram implantadas 162 placas de sinalização (PMJP, 2008). A concepção do Roteiro Turístico para Pedestres foi desenvolvida e adaptada à estrutura histórica da área, interligando os principais pontos de concentração de fluxo de pedestres na área central da cidade e foi estruturado a partir de dois circuitos principais (Figura 3). Para percorrer os circuitos (cidade alta e cidade baixa), leva-se em média uma hora e meia em cada um.

¹ O Projeto “Linha Pinhão – Pegadas da Memória” é um roteiro cultural e histórico para conhecer o centro de Curitiba a pé, inaugurado em 1993 dentro das festividades do tricentenário da fundação de Curitiba. (SIVIERO, 2006).

Figura 3: Roteiros Cidade Alta (roxo) e Cidade Baixa (vermelho)



Fonte: Setur, 2008.

- a) **Circuito Cidade Alta:** Interliga os três grandes conjuntos religiosos do período colonial, que são o Jesuíta, o Beneditino e o Carmelita, com seus conventos, igrejas principais e igrejas de ordens terceiras. A interligação ocorre através do conjunto de três vias paralelas que estruturam a Cidade Alta – Ruas General Osório, Duque de Caxias e Visconde de Pelotas – e das vias transversais que as interligam – Praças Rio Branco e São Francisco e as Ruas Vigário Sarlem, Conselheiro Henriques e Peregrino de Carvalho. Este circuito ainda possui as Igrejas da Misericórdia e da Matriz (Basílica de N. Sra. das Neves); uma significativa amostra da arquitetura residencial civil do período colonial até a primeira metade do Século XX, um conjunto de edificações históricas oficiais e institucionais – entre elas a Biblioteca Pública e a Academia Paraibana de Letras.

Alguns dos elementos que integram o Circuito Cidade Alta aparecem classificados no Quadro 3 e exemplificados no Quadro 4.

Quadro 3: Classificação dos principais elementos do espaço turístico urbano do Roteiro para Pedestres (Cidade Alta)

LOGRADOUROS	Ruas	Rua General Osório Rua Duque de Caxias Rua Visconde de Pelotas Rua Vigário Sarlem Rua Conselheiro Henriques Rua Peregrino de Carvalho
	Praças	Praça Rio Branco Praça São Francisco
MARCOS	Edificações	Biblioteca Pública Academia Paraibana de Letras
	Igrejas	Igreja da Misericórdia Basílica Nossa Senhora das Neves
SETOR	Centro Histórico	
ROTEIROS	Circuito 1	Interliga as praças onde se instalam as sedes dos poderes estaduais: o Palácio da Redenção (sede do executivo e antigo convento dos Jesuítas), o Palácio da Justiça (sede do judiciário) e a Assembleia Legislativa. Nestas praças ainda existe um conjunto de monumentos já recuperados, a exemplo do Coreto e do Pavilhão do Chá na Praça Venâncio Neiva.
	Circuito 2	Passando pelas Praças Pedro Américo e Aristides Lobo, que abrigam um conjunto de edificações oficiais e institucionais de final do Século XIX e início do XX, entre eles o Teatro Santa Roza, a sede dos Correios e Telégrafos e o Comando da Polícia Militar. Este acesso prolonga-se através da Rua da Areia até atingir a Praça Anthenor Navarro.

Fonte: DANTAS, Z. F., 2014 (Org.).

Quadro 4: Exemplos de elementos do espaço turístico do Centro Histórico de João Pessoa apresentados no Roteiro para Pedestres (Cidade Alta)

<p>Igreja da Misericórdia – Marco</p>  <p>Fonte: Dados da pesquisa, 2014.</p>	<p>Basílica Nossa Senhora das Neves – Marco</p>  <p>Fonte: Dados da pesquisa, 2014.</p>
<p>Biblioteca Pública – Marco (edificações)</p>  <p>Fonte: Dados da pesquisa, 2014.</p>	<p>Academia Paraibana de Letras (edificações)</p>  <p>Fonte: Dados da pesquisa, 2014.</p>

Fonte: DANTAS, Z. F., 2014 (Org.).

- b) **Circuito Cidade Baixa:** Tem como ponto focal o Antigo Porto do Capim. Adjacente ao porto encontram-se áreas já restauradas na primeira etapa do PRODETUR, como Largo de São Pedro Gonçalves e a Praça Antenor Navarro. Na área está localizada a única igreja da parte baixa da cidade que é a Igreja de São Pedro Gonçalves – edificação do Século XIX, onde em seu interior foram encontradas as ruínas da primeira capela da área, possivelmente do final do século XVII. Neste circuito ainda estão localizados o Antigo Hotel Globo e a Associação Comercial, que em conjunto com edificações comerciais da Rua Maciel Pinheiro, formam um dos importantes conjuntos de arquitetura eclética da cidade.



Alguns dos elementos que integram o Circuito Cidade Baixa aparecem classificados no Quadro 5 e exemplificados no Quadro 6.

Quadro 5: Classificação dos principais elementos do espaço turístico urbano do Roteiro para Pedestres (Cidade Baixa)

LOGRADOUROS	Ruas	Rua Maciel Pinheiro
	Praças	Largo de São Pedro Praça Antenor Navarro
MARCOS	Edificações	Antigo Hotel Globo Associação Comercial Antigo Porto do Capim Casa da Pólvora
	Igrejas	Igreja de São Pedro Gonçalves
ROTEIROS	Circuito 3	Interliga os dois Circuitos Principais através do primeiro acesso ao Varadouro, a Ladeira de São Francisco, passando por monumentos como a Casa da Pólvora e indo desembocar na Rua da Areia.

Fonte: DANTAS, Z. F., 2014 (Org.).

Quadro 6: Exemplos dos elementos do espaço turístico do Centro Histórico de João Pessoa apresentados no Roteiro para Pedestres (Cidade Baixa)

<p>Antigo Porto do Capim – Marco</p>  <p>Fonte: http://patrimoniode todos.gov.br/, 2014.</p>	<p>Praça Antenor Navarro – Logradouro</p>  <p>Fonte: Dados da pesquisa, 2014.</p>
--	--

<p>Antigo Porto do Capim – Marco</p>  <p>Fonte: http://patrimoniode todos.gov.br/, 2014.</p>	<p>Praça Antenor Navarro – Logradouro</p>  <p>Fonte: Dados da pesquisa, 2014.</p>
<p>Igreja de São Pedro Gonçalves – Marco</p>  <p>Fonte: Dados da pesquisa, 2014.</p>	<p>Antigo Hotel O Globo – Marco (edificações)</p>  <p>Fonte: Dados da pesquisa, 2014.</p>
<p>Associação Comercial – Marco (edificações)</p>  <p>Fonte: Dados da pesquisa, 2014.</p>	<p>Casa da Pólvora – Marco (edificações)</p>  <p>Fonte: Dados da pesquisa, 2014.</p>

Fonte: DANTAS, Z. F., 2014 (Org.).

Estes circuitos são permeados por um conjunto de praças e edificações que, além de possuírem um rico acervo histórico e arquitetônico, servem de pontos de repouso para o turista/visitante, durante o percurso do roteiro.

É importante advertir que descer a ladeira de São Francisco e observar o descortinar da paisagem, nos proporciona uma viagem a João Pessoa antiga, cidade cujo traçado urbano original, é marcado por becos, ruas estreitas e onde a imponência das igrejas é reveladora da presença de diversas ordens religiosas. De alguns pontos da cidade alta, especialmente da Casa da Pólvora, podemos ter diversas visões da cidade e, nelas, a presença de testemunhos dos quatro séculos que antecederam o atual. (RODRIGUES, 2002, p. 4).

No que tange o planejamento urbano de João Pessoa, observam-se algumas ações que estão buscando garantir o uso de alguns elementos do centro da cidade para fins turísticos. Dentre essas ações, é válido ressaltar o projeto de revitalização e requalificação urbana do Parque Casa da Pólvora (Figura 4), um local que “testemunhou quatro séculos que antecederam o atual” (RODRIGUES, 2002, p. 4).

Figura 4: Intervenção para revitalização e requalificação urbana do Parque Casa da Pólvora



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O projeto do Parque Casa da Pólvora inclui a restauração do prédio, que foi tombado em 2009 pelo Patrimônio Histórico Cultural Nacional, além da construção de um parque ecológico em seu entorno. O complexo contará com espaço para um café cultural, um teatro de arena (que funcionará como anfiteatro) e uma sede administrativa. No prédio da Casa da Pólvora também haverá espaço para exposições. A intervenção pretende resgatar o valor

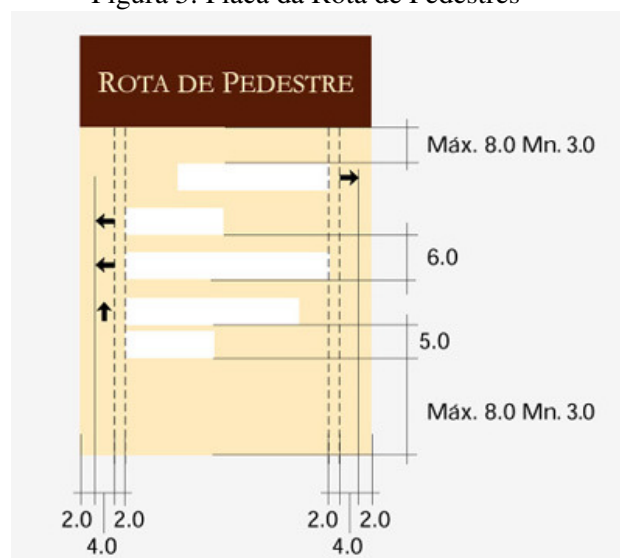
histórico e turístico do patrimônio e vai reunir recursos do IPHAN e da Prefeitura Municipal de João Pessoa. (PMJP, 2013).

Esse tipo de intervenção demonstra que tanto o planejamento urbano como o planejamento setorial do turismo devem ser pensados de forma articulada. Nesse sentido, é válido observar, que tanto os espaços apropriados pelo turismo ou com vocação para a sua exploração, implicam em uma ação conjunta (poder público, iniciativa privada e o envolvimento da comunidade) para um promissor desenvolvimento.

A sinalização do percurso e a identificação das edificações/monumentos que o integram, foram implantadas seguindo a padronização proposta pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e pelo IPHAN, de acordo com os modelos propostos por essas entidades em seu Manual de Sinalização Turística.

A placa da Rota de Pedestre (Figura 5) indica a direção que o cidadão/visitante deve seguir para chegar aos monumentos.

Figura 5: Placa da Rota de Pedestres



Fonte: Setur, 2008.

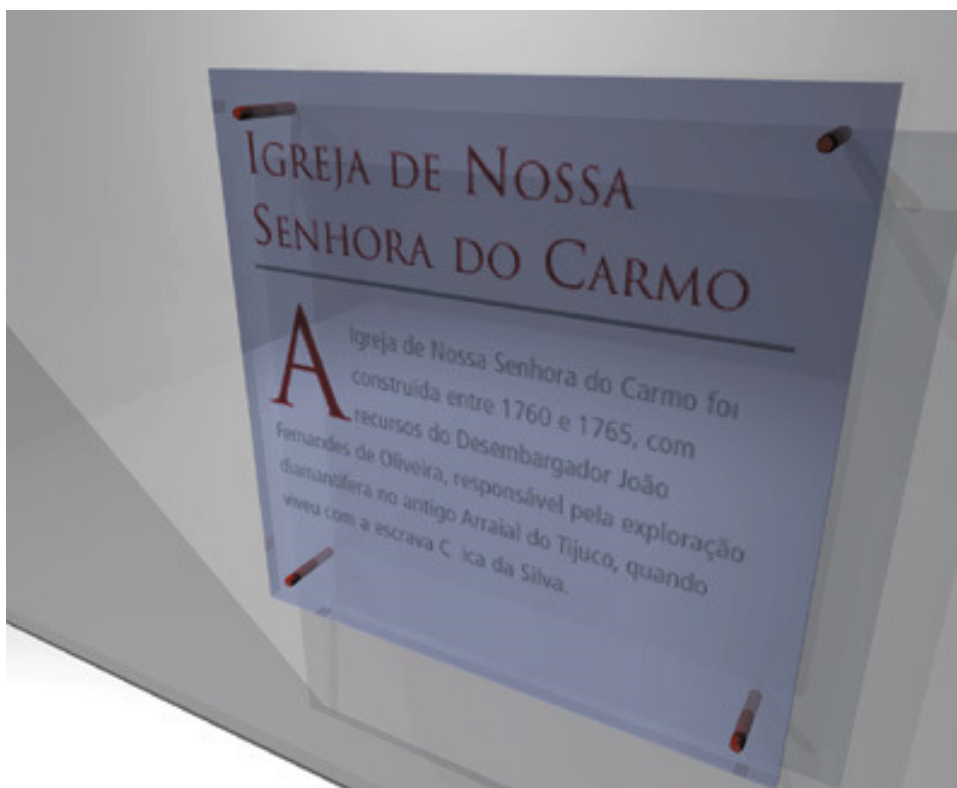
Nas áreas tombadas ou nos mirantes as placas seguem o modelo como ilustra a Figura 6. E, na parte externa dos monumentos há ainda placas indicativas descrevendo sucintamente suas características, data da edificação, dentre outras informações relevantes, como se observa na Figura 7.

Figura 6: Placa de Área Tombada ou Mirante



Fonte: Setur, 2008.

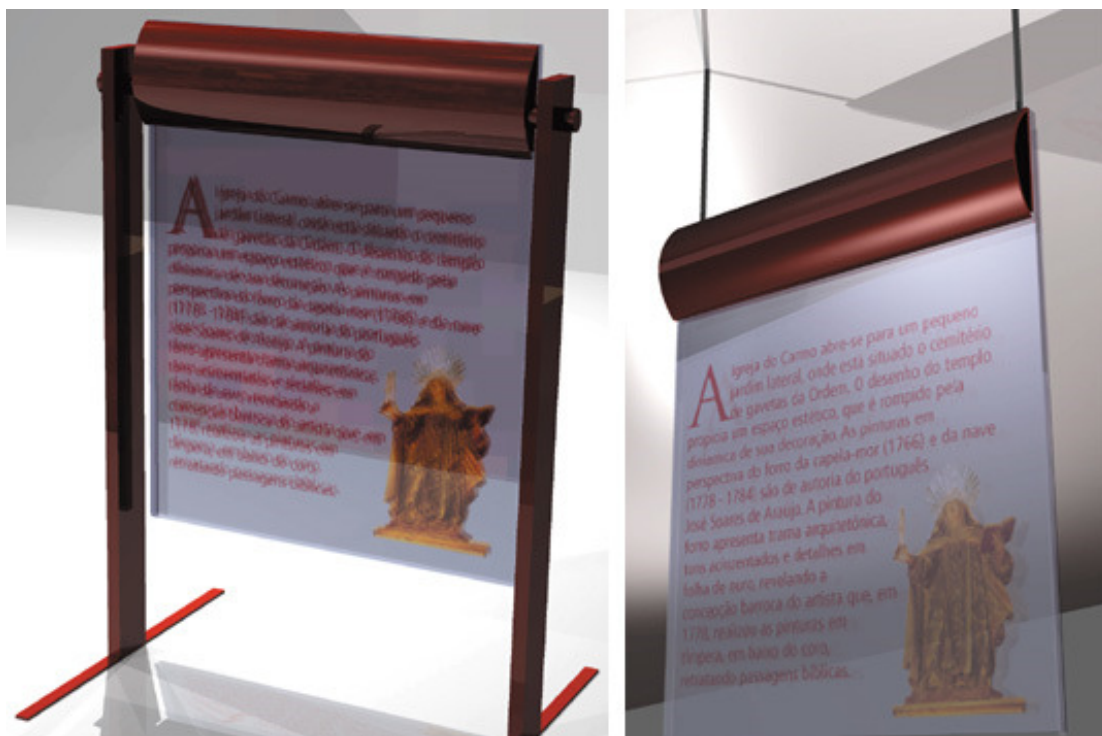
Figura 7: Placa indicativa externa para os monumentos



Fonte: Setur, 2008.

Ao adentrar os monumentos o visitante ainda encontra placas com explicações mais detalhadas acerca da representação histórica do local, como ilustra a Figura 8.

Figura 8: Placa informativa interna para os monumentos



Fonte: Setur, 2008.

Os monumentos que integram o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional também recebem uma placa indicativa (Figura 9).

Figura 9: Placa indicativa de Monumentos Históricos e Artísticos Nacionais



Fonte: Setur, 2008.

De acordo com os registros do IPHAN (2013, p. 77-78), os bens culturais inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938 – 2012, em João Pessoa, são: Capela do Engenho da Graça; Casa na Praça do Erário onde funciona a agência dos Correios; Centro Histórico de João Pessoa; Convento e Igreja de Santo Antônio ou de São Francisco, inclusive a Casa de Oração e Claustro da Ordem Terceira de São Francisco, o adro, o cruzeiro fronteiro e toda a área da antiga cerca conventual; Fábrica de Vinho Tito Silva; Fonte Pública do Tambiá; Igreja da Misericórdia; Igreja da Ordem Terceira do Carmo ou Igreja de Santa Teresa de Jesus; Igreja da Ordem Terceira de São Francisco; Igreja do Mosteiro de São Bento; Ruínas da Casa da Pólvora; Ruínas da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes; Sobrado à Rua Peregrino de Carvalho, nº 117, onde esteve preso o revolucionário do mesmo nome.

De acordo com Oliveira (2012), a preservação desse patrimônio tem sido feita tanto pelo IPHAN, quando pelo IPHAEP e tem contado com a parceria dos Governos da Espanha, do Brasil, do Estado da Paraíba e da Prefeitura da João Pessoa.

Entretanto, algumas propostas de preservação desse patrimônio terminaram por ser esquecidas, “[...] justificada pela luta contra a especulação imobiliária, o descaso dos proprietários dos imóveis e a própria ação devastadora do tempo, as formas arquitetônicas e os estilos artísticos terminaram por se sobrepor aos outros argumentos de preservação” (OLIVEIRA, 2012, p. 394).

O “Roteiro para Pedestres” caracteriza-se por caminhos turísticos, culturais e históricos, através das placas de sinalização que tanto orientam a direção que se deve seguir, como assinalam os monumentos que integram o roteiro. Trata-se de um “roteiro” turístico que, apesar de representar uma ação do planejamento turístico da cidade, ainda é muito pouco explorado, como se observou na pesquisa junto às empresas locais.

Apesar de ter sido idealizado para valorizar os bens históricos e culturais da paisagem urbana e, ainda, agregar uso turístico ao centro da cidade, o projeto é deixado em segundo plano em favor do massivo turismo “sol e praia”.

Como consequência, é razoável aceitar que o Roteiro para Pedestres está subaproveitado na área central de João Pessoa, não só para o turismo como para a comunidade. Parte-se do princípio de que planejar a atividade turística pressupõe não apenas pensar nos elementos do espaço de forma isolada, mas principalmente na articulação destes entre si. Dessa forma, sua análise implica na tentativa de valorizar essa opção de lazer e educação, relacionada à história e cultura da cidade.

Sem dúvida, esse é um grande desafio a ser enfrentado no que tange a valorização do patrimônio, particularmente quando se considera a exploração da atividade turística. A eficácia do trabalho a ser realizado será função da efetiva implementação dos instrumentos de planejamento urbano e dos recursos a serem disponibilizados, de forma integrada com o planejamento setorial do turismo.

4.3 A pesquisa de campo

4.3.1 A pesquisa nas agências

Mesmo representando mais uma opção de turismo para a cidade, o Roteiro para Pedestres não é comercializado pelas principais empresas que fazem o receptivo local. Isso se verificou após a visita a algumas empresas de turismo receptivo local, são elas: Cliotur Viagens e Turismo; Tropical Receptivo; e Lucky Receptivo. A visita teve por objetivo identificar se a Rota para Pedestres no centro histórico integra os serviços ofertados ao turista por parte das referidas empresas. De fato, estas empresas oferecem a visitação ao centro histórico, mas isso não se dá a partir da Rota para Pedestres, e sim, como parte integrante do “*City Tour*”, operado em vans ou ônibus de turismo, dependendo do tamanho do grupo.

Nas três empresas visitadas observou-se que o City Tour é o único “passeio” que comercializa o produto “Centro Histórico”. Em nenhuma delas a Rota para Pedestres integra a oferta de passeios locais. Constatado isso, questionaram-se os motivos pelos quais a Rota para Pedestres não é ofertada como opção para que o turista conheça o centro histórico da cidade e, as justificativas dos agentes convergem para o fato de que os passeios com veículos permitem a visitação a um maior número de pontos turísticos, além do centro histórico (com varias pessoas ao mesmo tempo), e também afirmam que não há procura para o Roteiro para Pedestres. Isso revela um grande problema, tanto urbano quanto turístico, onde a lógica do “veículo” impera na estratégia de circulação das pessoas.

Diante dessa perspectiva, de fato, se o turista que chega a cidade desconhece a existência do Roteiro e o receptivo local tampouco oferece esta opção de passeio ao turista, a procura pelo passeio fica, sem dúvida, comprometida.

Outro fator apontado pelos agentes de receptivo em relação a não comercialização de um passeio a pé no centro histórico, diz respeito à falta de segurança no local, onde, segundo eles, “há uma probabilidade muito grande de assaltos”.

4.3.2 O trabalho de campo

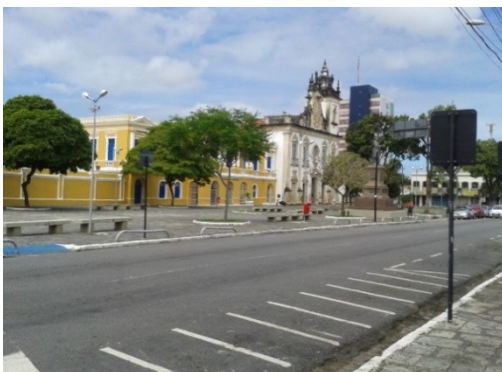
Este relatório visa mostrar as observações realizadas durante o trabalho de campo realizado no dia 20 de julho de 2014, no Centro Histórico de João Pessoa, com foco principal no Roteiro para Pedestres. O objetivo da ida a campo foi percorrer e analisar os principais pontos de visitação turística que integram o roteiro. A realização do Roteiro foi feita pelo pesquisador juntamente com o professor José Nilton.

Dividindo os dois percursos, circuito cidade alta e circuito cidade baixa, foram observados pontos com grande potencial turístico que revelam significativa riqueza histórica e cultural, como descritos a seguir:

Praça Dom Adauto

Localizada na Rua Visconde de Pelotas, o local apresenta um importante potencial turístico (Figura 10). A praça abriga um conjunto significativo de marcos e edificações, como a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Figura 11), a arquidiocese da Paraíba e o casarão dos azulejos. Estes locais encontram-se em bom estado de preservação e são muito frequentados, principalmente pela comunidade local durante a celebração de missas.

Figura 10: Praça Dom Adauto



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Figura 11: Igreja Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Conjunto Franciscano (Praça São Francisco)

O conjunto Franciscano, atualmente chamado de Centro Cultural São Francisco, é composto pela Igreja de São Francisco (Figura 12) e pelo Convento de Santo Antônio, tendo em sua proximidade a Academia Paraibana de Letras. O local é hoje um dos mais visitados no Centro Histórico de João Pessoa, no entanto, não se observou muitas intervenções por parte dos setores responsáveis quanto à preservação da sinalização de informações turísticas, já que no local as placas estão totalmente degradadas, conforme será demonstrado mais adiante nesta análise.

Figura 12: Igreja de São Francisco



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Casa da Pólvora

Situada ao meio da ladeira de São Francisco a Casa da Pólvora encontra-se em reforma, e, de acordo com o projeto a edificação, será restaurada e integrará o Parque Casa da Pólvora, também em fase de construção. Como abordado e ilustrado (Figura 4) anteriormente neste estudo, o Projeto visa regatar e ampliar a visitação turística neste importante marco da história de João Pessoa.

Praça Dom Ulrico

Os principais monumentos que podem ser visitados neste local são: a Basílica de Nossa Senhora das Neves (Figuras 13 e 14), o antigo colégio de Nossa Senhora das Neves, onde hoje funciona uma instituição de ensino superior privada.

Figura 13: Basílica de Nossa Senhora das Neves



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Figura 14: Basílica de Nossa Senhora das Neves (vista lateral)



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Na Praça Dom Ulrico também encontra-se o marco urbano, de pedra, que marca a altitude de 43 metros acima do nível do mar e que foi colocado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte em 1922 (Figura 15). Este monumento encontra-se parcialmente destruído, mas os dizeres originais da placa diziam: “Base do instrumento de passagens meridianas utilizado pela comissão que determinou as coordenadas geographicas nos estados da Parahyba e do Rio grande do norte - 1921-1922”, conforme relatos do IPHAEP que localizamos na Internet (BLOG DO MÁRIO, 2012). De forma geral, a praça possui um aspecto bem preservado, com exceção de algumas placas de sinalização bastante deterioradas.

Figura 15: Monumento representativo de coordenadas meridianas



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Praça Vidal de Negreiros

Mais conhecida como “Ponto de Cem Réis”, esta praça tem significativo valor no contexto histórico urbano da cidade de João Pessoa (Figura 16). Após ter passado por uma reforma, o local é palco de grandes eventos artísticos e culturais. Nas adjacências da praça encontramos o antigo Paraíba Palace Hotel, que após sua reforma passou a se chamar Paraíba Palace Shopping (Figura 17). Durante a visita, que ocorreu em pleno domingo, não se observou a presença de muitos turistas visitando o local.

Figura 16: Ponto de Cem Réis



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Figura 17: Paraíba Palace Shopping



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Praça Presidente João Pessoa

A Praça Presidente João Pessoa (Figura 18) está rodeada de importantes edificações, como a Assembleia Legislativa, a antiga Faculdade de Direito, o Tribunal de Justiça (Figura 19) e o Palácio do Governo (Figura 20), e pode ser considerada como um dos mais importantes pontos turísticos do roteiro onde podemos observar a presença de turistas. Os monumentos que compõem a praça encontram-se pouco preservados, a exemplo das placas de sinalização turística e a falta de pedaços das estatuas.

Figura 18: Praça Presidente João Pessoa



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Figura 19: Tribunal de Justiça



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Figura 20: Palácio do Governo



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Praça Venâncio Neiva

Mais conhecida como “Pavilhão do Chá”, a Praça Venâncio Neiva (Figura 21), segundo relatam alguns historiadores, foi inaugurada no ano de 1917, no governo Camilo de Holanda, onde grande parte dos moradores se reunia nas tardes de domingo para patinação. No governo de João Pessoa foi erguido no local um pavilhão em forma circular no estilo oriental, daí a denominação Pavilhão do Chá (Figura 22), somente inaugurado em 1931.

A Praça encontra-se bem degradada. O pavilhão central está mal conservado, os banheiros que deveriam estar abertos aos visitantes estão fechados, as placas de sinalização deterioradas pela ação de vândalos, salvando apenas o jardim com sua beleza singular.

Figura 21: Praça Venâncio Neiva



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Figura 22: Pavilhão do Chá



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Praça São Frei Pedro Gonçalves

Também conhecido como Largo de São Pedro Gonçalves, esta praça é constituída pelo convento de São Pedro Gonçalves, a igreja de São Pedro Gonçalves (Figura 23) e tem em suas proximidades o Hotel Globo (Figura 24), que se encontra interditado para visitação. Apesar de ser um local com grande potencial turístico, não se observa a presença de muitos turistas devido a degradação e intervenções que estão ocorrendo no local.

Figura 23: Igreja de São Pedro Gonçalves



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Figura 24: Hotel O Globo



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Praça Antenor Navarro

Esta praça é constituída por belos sobrados coloridos, sendo mais visitada no período noturno e nos finais de semana, uma vez que a maioria dos prédios funciona como bares lanchonetes e galerias (Figura 25). O local também é palco de variados eventos.

Figura 25: Praça Antenor Navarro



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Praça Pedro Américo

Localizada em uma altura intermediária da cidade, a Praça Pedro Américo (Figura 26) concentra, em seus arredores, importantes edificações que marcam a história e evolução da

cidade, como por exemplo, o teatro Santa Rosa, o Batalhão da Polícia Militar e o prédio dos Correios. Apesar de algumas intervenções e restaurações, o local encontra-se mal preservado, faltando placas de sinalização e com monumentos bastante degradados.

Figura 26: Praça Pedro Américo



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Igreja da Misericórdia

Localizada em umas das partes mais altas da cidade, esta igreja é a mais antiga da cidade (Figura 27). Sua edificação é formada por grandes paredões de pedra calcária sem muitos detalhes em seu entorno. Sendo a primeira a ser tombada pelo IPHAN em 1938, este monumento encontra-se pouco preservado, onde é possível observar rachaduras que podem ser ocasionadas por plantas que crescem em meio a sua estrutura.

Figura 27: Igreja da Misericórdia



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Praça Rio Branco

Também inserida no Roteiro, a praça passou por um recente processo de revitalização, resultado de um projeto do IPHAN em parceria com a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Semanalmente, a Praça Rio Branco (Figura 28) recebe, nas tardes de sábado, o projeto “Sabadinho Bom”, promovido pela Prefeitura de João Pessoa. Os eventos que tem início a partir do meio dia, contam com grupos de choro, samba e outros gêneros musicais, e em sua maioria, os grupos são compostos por artistas locais. A realização deste evento atrai a população da cidade que por ali transita e um considerável número de turistas que visitam a capital.

Figura 28: Praça Rio Branco: projeto “Sabadinho Bom”



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Durante o percurso, observamos também a situação das placas de sinalização turística que integram o Roteiro para Pedestres, conforme descreveremos a seguir.

4.3.3 A situação das placas

As placas de sinalização que conduzem o turista pelo roteiro e também sinalizam os monumentos, estão bastante degradadas, sobretudo aquelas que se encontram na parte externa dos monumentos ou na rua, seja pela ação do tempo ou pela ação do homem, como se observa no Quadro 7.

Quadro 7: Exemplo da situação das placas que integram o Roteiro para Pedestres



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Fonte: Organizado pelo autor, 2014.

O mapa abaixo foi editado para sinalizar os locais em que as placas encontram-se deterioradas (Figura 29).

Figura 29: Indicação das placas que se encontram deterioradas



Fonte: Setur, 2008. Editado pelo autor, 2014.

Além disso, dentre as placas que estão preservadas, observa-se o excesso de informações, muitas vezes desnecessárias. Na nossa percepção, durante a realização do roteiro, constatamos que o ideal seria que a placa de cada monumento dispusesse do mapa do local, para melhor situar o turista no roteiro; relatasse um pouco da história da edificação e de seu entorno.

Outro ponto importante observado, é que as placas que integram o roteiro encontram-se “perdidas” em meio ao grande número de placas de sinalização de trânsito, o que se constitui em poluição visual na área central da cidade e, muitas vezes, relega a um segundo plano, detalhes importantes dos monumentos, como se observa na Figura 30.

Figura 30: Sinalização de trânsito no Centro Histórico de João Pessoa



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Analisando o percurso com base no “olhar de turista”, é razoável afirmar que a rota para pedestres implantada pela Prefeitura de João Pessoa para incentivar a visitação turística nesta parte da cidade encontra-se em parcial estado de abandono. Durante a realização do percurso, além do que se relatou anteriormente, podemos constatar outras fragilidades no Roteiro, tais como:

- O turista encontra dificuldades durante o percurso, principalmente nos finais de semana, no que diz respeito à inexistência de pontos de apoio, uma vez que não se observam locais como lanchonetes, cafés, banheiros públicos;
- É comum aos visitantes o “sentimento de insegurança”, uma vez que no local, mesmo contando com a presença do Comando Geral da Polícia Militar, não se observa a presença de rondas policiais contínuas, nem postos da PM em locais estratégicos.

Em conversa informal com o guia de turismo que estava no local durante nossa visita, o Sr. Hector Aníbal Oliva, relatou que trabalha com turismo em João Pessoa há pelo menos 20 anos, e informou que faz o percurso da rota de pedestres com os turistas sempre que contratado, entretanto não é muito comum, já que muitos preferem conhecer o Centro Histórico em veículos, com paradas pré-definidas nos locais mais visitados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo consistiu em analisar os elementos do espaço turístico urbano do Centro Histórico de João Pessoa, buscando enfatizar seus aspectos históricos, políticos e culturais interligando os planejamentos urbano e turístico. A pesquisa concentrou-se na área central da cidade, como “escala bairro”, e também descrita através de seus elementos: “logradouros”, “marcos”, “setores” e “roteiros”, com base nos conceitos da imagem da cidade proposta por Lynch (1997) e dos elementos do espaço turístico urbano analisados por Boullón (2002).

Depreende-se da teoria de Lynch a forma como a pessoa vê e atribui significado ao lugar. Isto é, a maneira com que usuário (cidadão ou turista) vê, sente, compreende, utiliza e se apropria dos espaços da cidade, de sua forma, de seus elementos e de suas atividades sociais. Para Boullón os elementos que integram o turismo e estão materializados nas cidades se constituem como parte integrante e indissociável da dinâmica urbana e devem ser pensados e planejados adequadamente.

Lynch também chama atenção para a imaginabilidade da paisagem urbana, através do significado social de uma área, sua função, história, dentre outras influências que atuam sobre a experiência do observador, e se utiliza de elementos formais que conferem legibilidade ao lugar e para seus usuários no decurso de longos períodos de tempo. Para Boullón, quando tratamos do espaço turístico urbano estamos tratando do espaço urbano propriamente dito.

Na concepção do Roteiro para Pedestres foi possível identificar que a relação entre percepção, turismo e espaço urbano, ainda enfrenta divergências no campo da atividade turística no Centro Histórico de João Pessoa. Embora o roteiro para conhecer o centro de João Pessoa a pé, inaugurado em 2008, tenha sido alicerçado nos elementos que atualmente constituem o espaço turístico e abarca os principais monumentos históricos da área central, observaram-se poucas ações de intervenção em benefício do patrimônio cultural de João Pessoa, com exceção do recente projeto de recuperação da Casa da Pólvora.

Basta percorrer o centro a pé e deixar-se guiar pelas placas de sinalização dos circuitos, para constatar o descaso ou a deterioração de muitas construções urbanas na área central, assim como de algumas placas que integram o Roteiro. Dessa forma, entendemos que o Roteiro para Pedestres não consolidou-se a partir dos objetivos pelos quais o projeto foi concebido, ou seja, da valorização dos bens históricos e culturais face ao desenvolvimento do turismo urbano.

Tampouco, não se constatou a articulação entre as várias instâncias do turismo para efetivação da proposta. Prova disto recai sobre o fato do Roteiro não integrar o PDT do município e o roteiro não ser comercializado ou promovido pelas principais agências de receptivo local. Isso talvez explique a falta de manutenção das placas deterioradas que encontramos durante o percurso.

Assim sendo, não é possível afirmar com precisão que o Roteiro integra as ações de planejamento da cidade de João Pessoa, seja no âmbito das políticas urbanas ou nos planos de desenvolvimento turístico.

No entanto, não foi pretensão deste estudo esgotar as possibilidades de explorar a temática, todavia, trazer à tona reflexões que possam intensificar o debate e contribuir com o conhecimento sobre o turismo e sua inter-relação com o espaço urbano, sobretudo, nas áreas com reconhecido valor histórico e cultural. Como sugestão para trabalhos futuros no campo da geografia, deve-se debruçar sobre as questões de territorialidade, produção do espaço urbano, enfim, outros temas relevantes para o entendimento do espaço urbano em contraposição com o espaço turístico.

REFERÊNCIAS

ANJOS, F. A. dos; ANJOS, S. J. G. dos; OLIVEIRA, J. P. de. A abordagem sistêmica no processo de planejamento e gestão de territórios urbanos turísticos. **Revista Rosa dos Ventos**, v. 5, n. 3, p. 390-407, jul./set., 2013.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 7. ed. São Paulo: SENAC, 2002.

BLOG DO MÁRIO. **Marco Geodésico - Praça Dom Ulrico**. 2012. Disponível em: <<http://oiramsemog.blogspot.com.br/2012/07/marco-geodesico-praca-dom-ulrico.html>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de: Josely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Espaço acadêmico**: glossário de turismo. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/glossario/detalhe/D.html>. Acesso em: 26 maio 2014.

CASTELLS, M. El debate sobre la teoria del espacio. In: **La cuestión urbana**. 6 ed. Madrid: Siglo Veintiuno, 1979.

CHIAS, J. **Turismo, o negócio da felicidade**: desenvolvimento e marketing turístico de países, regiões, lugares e cidades. São Paulo: Editora Senac, 2007.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

ENDRES, A. V.; OLIVEIRA, C. M.; MENEZES, D. A. Turismo no Centro Histórico de João Pessoa: revitalização, planejamento e não-lugar. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**. 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Plano Diretor de Turismo do Município de João Pessoa**. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2012. 110 p.

GUEDES, R. M. S. et al. A dinâmica habitacional no centro de João Pessoa: causas e efeitos

na cidade alta. **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, maio. 2011.

GUTIERREZ, R. **Arquitetura latino-americana**. Tradução de: Isa Maria Lando. São Paulo: Nobel, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades@.

Paraíba: João Pessoa. Censo 2010. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250750>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938 – 2012**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2013.

KNAFOU, R. Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (org.). **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARIANI, M. Planos municipais de turismo no Brasil. In: SEABRA, G. (org.). **Turismo de base local:** identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007.

MARTINS, D. L. Novas centralidades e fragmentação urbana: João Pessoa-PB como estudo de caso. Encontros Nacionais da ANPUR. **Anais...** v. 15, 2013.

MESQUITA, D.; XAVIER, G. O turismo e a sua atuação na expansão do espaço urbano: o caso Porto de Galinhas, Ipojuca-PE. **Revista Turismo Visão e Ação** [online], v. 15, n. 2, p. 207–225, maio/ago., 2013.

MOLINA, S. E.; RODRÍGUEZ, S. A. **Planejamento integral do turismo:** um enfoque para a América Latina. Tradução de: Carlos Valero. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

OLIVEIRA, A. F. B. de. O que se preservou em João Pessoa ou de quando a arte e a arquitetura definem o patrimônio cultural de uma cidade. **Cordis**. Comunicação, Modernidade e Arquitetura, n. 8, jan./jun. pp. 367-396, 2012.

OLIVEIRA, J. L. A. de. **Uma contribuição aos estudos sobre a relação transportes e crescimento urbano:** o caso de João Pessoa-PB. Dissertação. Mestrado em Engenharia Urbana, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem; Ministério do Turismo, 2009. p. 162-176.

PAES-LUCHIARI, M. T. D. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. **Revista Turismo em Análise**, ECA/USP, São Paulo, v.11, n. 1, p. 35-43, 2000.

_____. Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano. XI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. **Anais...** Salvador, maio 2005.

PETROCCHI, M. **Turismo:** planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP. **Lei n. 2.102, de 31 de dezembro de 1975.** Institui o código de urbanismo integrante do plano diretor físico do município de João Pessoa, suas normas ordenadoras e disciplinadoras e dá outras providências. João Pessoa, 1975.

_____. **Lei n. 2.699, de 7 de novembro de 1979.** Modifica o Código de urbanismo, aprovado pela Lei nº 2102, de 31 de dezembro de 1975. João Pessoa, 1979.

_____. **Centro Histórico ganha sinalização turística e selo comemorativo.** Notícias 2008. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/centro-historico-ganha-sinalizacao-turistica-e-selo-comemorativo/>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

_____. **PMJP devolve vista do pôr do sol aos pessoenses com o Parque Casa da Pólvora.** Notícias 2013. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-devolve-vista-do-por-do-sol-aos-pessoenses-com-o-parque-casa-da-polvora/>>. Acesso em: 5 fev. 2014.

_____. **O bairro Centro.** Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/copacjp/o-centro/>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

RODRIGUES, L. C. Diretrizes da Política Nacional de Turismo e subsídios para sua avaliação. **Revista Gestão Pública:** Práticas e Desafios, Recife, v. II, n. 3, jun. 2011.

RODRIGUES, M. de F. F. Passeio "con(ver)tido": breve reflexão sobre a memória e a espacialidade do centro histórico pessoense. **Cadernos do Logepa**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 3-10, jan./jun., 2002.

RODRIGUEZ, W. **Roteiro sentimental de uma cidade**. João Pessoa: A União, 1994.

SANTOS, M. Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea. In: GOMES, M.A. de F. (org.). **Pelo Pelô: história, cultura e cidade**. Salvador: Editora da UFBA, 1995.

SCOCUGLIA, J. B. C. **Revitalização urbana e (re) invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa – 1987-2002**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

SEABRA, G. de F. Turismo insustentável: degradação da cultura e do meio ambiente no estado da Paraíba. **Rev. Paraibana de Geografia**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 89-100, ago. 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE JOÃO PESSOA – SETUR. **Projeto de roteiro turístico para pedestre no Centro Histórico de João Pessoa**. João Pessoa: PMJP, 2008.

SILVA, J. M. da; ARAÚJO, M. L. M. Estatuto da Cidade e o planejamento urbano-regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 105, p. 57-74, jul./dez. 2003.

SILVA, L. M. T. da. João Pessoa: qualidade de vida e planejamento urbano. **IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v. 4, n. 4, p. 939-947, 1996.

SIVIERO, A. P. Os elementos do espaço turístico urbano no processo de planejamento: reflexões teóricas e articulações. **R. RAÍE GA**, Curitiba, n. 11, p. 51-59, 2006.

TINEM, N.; CARVALHO, J.; MARTINS, C. Para além da dicotomia Cidade Alta/ Cidade Baixa. In: **XI Encontro Nacional da ANPUR**, Salvador, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.